

O PAPEL DA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL NA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA (1872 A 1972)

Maria Stella Ferreira LEVY*

LEVY, M. S. F. — *O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972)*. Rev. Saúde públ., S. Paulo, 8(supl.):49-90, 1974.

RESUMO: Trabalho de caráter exploratório e informativo, teve como principal objetivo levantar dados sobre a migração internacional no Brasil, e a contribuição desse contingente imigratório para o crescimento da população brasileira. Nesse sentido construiu-se um índice que, pelo menos em primeira aproximação, proporcione estimativas da emigração de retorno, cuja ausência de dados prejudica a análise. Embora na introdução contenha elementos anteriores a 1872, considerou-se essa data como marco inicial por ser a do primeiro censo nacional do Brasil. Analisou-se também, a partir de dados censitários, a distribuição espacial da população estrangeira por unidades da Federação.

UNITERMOS: Migração; Migração Internacional; População (crescimento e distribuição); Brasil.

1. INTRODUÇÃO

Ao tempo de sua descoberta, era o Brasil habitado por uma população nativa, cujo número é difícil conhecer. As estimativas de viajantes, historiadores e antropólogos carecem de dados empíricos para seu embasamento. Segundo HUGON¹⁰, citando vários autores, as estimativas variam de 1 a 3 milhões de aborígenes. O fato é que a quase totalidade do território brasileiro era coberto pela floresta tropical, o que limita até certo ponto o tamanho dos grupos que aí viviam, conforme sustentam algumas teorias antropológicas (STEWART & FARON³⁶ e STEWART³⁵).

Os portugueses, primeiros imigrantes que aqui chegaram, ao tomarem posse da terra, estabeleceram um tipo de coloniza-

ção baseado na economia extrativa, seguindo-se-lhe a lavoura canavieira. A tentativa de utilização de mão de obra nativa não foi fácil, não só por impecilhos culturais mas também pela falta de população. A população da Europa, e a de Portugal especialmente, não só pelas constantes lutas em que se via envolvida mas também por ainda não ter controlado os níveis de mortalidade, não possuía um excedente disponível. Segundo HUGON¹⁰, citando Peixoto e Braudel, a população de Portugal ao redor do fim do séc. 16, era de cerca de um milhão de habitantes. Como é notório, eram os presos e degradados de várias condições os que para cá eram trazidos a fim de preencher a

* Do Centro de Estudos de Dinâmica Populacional (CEDIP) da Faculdade de Saúde Pública da USP — Av. Dr. Arnaldo, 715 — São Paulo, SP — Brasil.

lacuna da falta de braços (GOULART⁷, p. 48).

Com o aumento do preço do açúcar na Europa, ainda no séc. 16, Portugal decide, pelas condições favoráveis que o Brasil apresenta, incrementar aqui a cultura canaveira, uma vez que a produção de suas outras colônias do Atlântico não é suficiente (HUGON¹⁰, p. 30). Com o advento dessa nova política, maior era a necessidade de mão de obra.

É assim que, sendo pequena a população nativa para o tipo de economia em evolução e também pequena a população da Europa, e em particular a dos portugueses; resolvem estes estimular o tráfico de escravos provenientes da África. Esse segundo contingente imigratório era duplamente forçado; primeiro, não havia uma “escolha” da parte dos emigrantes e, segundo, as regiões africanas de onde se originaram os escravos não se caracterizavam por problemas de excesso de população. Só de 1550 em diante é que se caracteriza o tráfico de escravos (GOULART⁷, p. 99). Os africanos aqui chegados antes dessa data, poderiam ser considerados como “bagagem” dos povoadores (GOULART⁷, p. 99). Esse tráfico se intensifica até 1850, e o número total de escravos “imigrados” é estimado por vários autores. As estimativas feitas pelos primeiros estudiosos parecem carecer de base real, porém, hoje, considera-se que esse número deve ter ficado ao redor dos 3 milhões (GOULART⁷). Somente após a lei dos sexagenários houve algum retorno à África, de africanos e descendentes, existindo contudo uma carência de informação nessa área*.

Em meados do séc. 19 duas circunstâncias vêm favorecer a transformação qualitativa de migrantes dirigidos ao Brasil, ou seja, de migração africana forçada, para migração de força de trabalho livre, e de origem européia. De um lado torna-se cada vez mais difícil conseguir escravos — estes já tinham melhores defesas e tinham numericamente diminuído, obrigando os barqueiros a se adentrarem pelo Rio Congo, para buscar gente entre grupos da África Central e Leste, aqui denominados “anjicos” e “macuás” (RODRIGUES³⁰). De outro lado, os efeitos do início da transição demográfica** na Europa, se fazem sentir, provocando um aumento de população. Esse excedente populacional e um sistema econômico a ele inadequado, favoreceram grandemente a emigração européia e seu interesse na cessação do tráfico. Os Estados Unidos e outros países da América já recebiam imigrantes europeus quando o Brasil começa sua política de imigração. Esse interesse tardio do Brasil se deve à mudança de um sistema econômico escravocrata para um sistema capitalista de produção que se inicia com o advento da lavoura cafeeira.

O início do período considerado neste trabalho coincide, grosso modo, com o início de grandes movimentos internacionais de população que, oriundos principalmente da Europa, na América Latina se dirigiram, na sua maior parte, para a Argentina e Brasil³⁷. Neste caso, o ponto máximo de entrada de contingentes estrangeiros verificou-se nas duas últimas décadas do século passado, diminuindo irregularmente, até atingir um ponto de diminuta expressão quantitativa, a partir de 1964. No entanto, já no início do sé-

* Para se ter alguma idéia qualitativa desse retorno, ver o artigo de LAOTAN, A. B. — Influência brasileira em Lagos, publicado originalmente em *Nigeria Magazine*, e transcrito em *África e Ásia* (Univ. da Bahia) 1, 1965. Porém só se refere a grupos do Dahomey. Ver também depoimentos de RODRIGUES³⁰ (1945).

** Processo que consiste essencialmente na passagem de níveis altos de mortalidade e natalidade para níveis baixos e controlados, através de um período intermediário onde o decréscimo da mortalidade antecede o da natalidade, gerando um crescimento rápido da população.

culo passado foram feitas as primeiras tentativas de colonização por imigração estrangeira. Essas tentativas foram iniciadas nas então províncias do Espírito Santo e Rio de Janeiro, em 1812 e 1819, respectivamente, quando se estabeleceram as colônias de Santo Agostinho e Nova Friburgo, para acolher grupos vindos da Europa Central, mais especificamente suíços, alemães e austríacos (NOGUEIRA²⁶).

Em 1822, por ocasião da Independência, segundo WAIBEL⁴¹ “julgou-se necessário dar maior ênfase à colonização das duas províncias mais meridionais, que estavam sujeitas a ataques dos Argentinos pelo lado sul, e dos índios Botocudos pelo interior”. Some-se a isso o desinteresse que os colonos dos Açores e da Madeira e os luso-brasileiros tinham em relação ao cultivo de terras de mata, preferindo os campos abertos. Há a acrescentar também a influência da imperatriz, originária da Europa Central, na escolha dos grupos nacionais que para cá imigraram (WAIBEL⁴¹, SMITH³³ e D’AVILA⁵).

O governo do Império iniciou, então, tentativas para o estabelecimento de núcleos de colonização. Em 1824, inicia-se uma colonização subvencionada e dirigida às províncias sulinas, recrutando da Europa Central, segundo WAIBEL⁴¹, “camponeses oprimidos e soldados desengajados do exército de Napoleão”. Os diversos núcleos coloniais assim estabelecidos em vários pontos do território brasileiro — Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul —, tiveram diferentes evoluções e graus de sucesso (DAVATZ⁴, GROSSI⁹, MARQUES¹⁴, NERY²⁴, PERROD²⁷, PICCAROLO²⁸, ROCHE²⁹, TSCHUDI³⁷, WAIBEL⁴¹ e WILLEMS⁴²).

Em 1830 é sancionada uma lei que proibia qualquer despesa governamental que se relacionasse à colonização por grupos de estrangeiros, em qualquer província do Império. Isso provocou um inter-

regno da imigração e colonização até 1834, quando as províncias foram encarregadas de promover a colonização (WAIBEL⁴¹).

Em 1859, a Prússia promulgou o chamado rescrito de Heydt, proibindo a propaganda em favor da imigração para o Brasil, devido aos maus tratos sofridos pelos colonos alemães na província de São Paulo. Este rescrito teve efeito desfavorável sobre os possíveis emigrantes na Prússia, e de 1871 em diante, em toda a Alemanha. O decreto só foi revogado em 1896, e mesmo assim apenas em relação aos três Estados meridionais do Brasil (WAIBEL⁴¹).

Já na época imperial inicia-se uma política imigratória motivada por interesses distintos daqueles que haviam marcado as colonizações por imigrantes estrangeiros, e neste caso, como veremos, São Paulo vai deter a liderança do processo. Conforme opinião de historiadores e outros estudiosos do assunto*,

Sem dúvida, a principal e mais imediata pressão sobre a política imigratória do País, era a que derivava dos interesses dos fazendeiros e, particularmente, dos cafeicultores.

foram esses interesses que levaram ao arrefecimento da política oficial de Colonização do governo geral, através de núcleos de europeus aos quais se facilitavam ao acesso à terra e outras formas de assistência e à sua relegação a áreas não pertencentes à faixa de expansão dos cafezais; e que promoveram, nesta, a política de imigração de trabalhadores para o amanhã das terras dos fazendeiros e não de pequenas glebas que se lhes destinassem (NOGUEIRA²⁶, p. 7).

Alguns trabalhos recentes tratam da conjugação de fatores externos e internos responsáveis pela imigração estrangeira que surge como força de trabalho

* CARNEIRO, J. F. — *Imigração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro, Fac. Nac. de Filosofia da Univ. do Brasil, 1950 apud NOGUEIRA²⁶.

livre, necessária ao processo de consolidação e desenvolvimento de formas de produção capitalista; esses trabalhos discutem o porque de incentivos à entrada de estrangeiros e não ao deslocamento interno, que terá papel preponderante a partir de 1930. GRAHAM & HOLLANDA⁸, por exemplo, apontam o preconceito dos fazendeiros contra “ex-escravos” e a favor dos “brancos” europeus*, a preferência de trabalhadores livres nativos, a influência dos fatores de expulsão na Itália, a possível diferença no custo dos transportes-internos e internacionais, e a possibilidade de uma oposição política aberta a transferências inter-regionais de trabalhadores livres, por parte de certos grupos de interesse (GRAHAM & HOLLANDA⁸). Por outro lado, na interpretação de Balan** onde os movimentos migratórios são vistos como necessários à consolidação das relações capitalistas de produção, é enfatizada a necessidade de eliminação de setores de subsistência e da criação de setores sem tradição escrava; é nesse contexto que se coloca, para o autor, a discussão da utilização de mão de obra estrangeira versus nacional.

No que segue, pretende-se apresentar um rápido retrospecto da imigração estrangeira no Brasil, a partir do primeiro censo realizado***.

2. COMPOSIÇÃO DOS IMIGRANTES DE ACORDO COM SUAS NACIONALIDADES

Em 1808, com a abertura oficial dos

portos brasileiros aumentou a entrada de estrangeiros no País (D'AVILA⁵). No período de tempo transcorrido entre 1820, a partir de quando são encontrados os primeiros dados, e 1871, ano anterior ao primeiro censo, foram registrados 250.487 entradas de imigrantes de diversas nacionalidades². O total de estrangeiros enumerados no censo de 1872 é de 389.459, donde se pode concluir que já havia um certo número de estrangeiros residentes no país antes de 1820, ou que houve sub-enumeração entre 1820 e 1871****. A Tabela 1 dá uma idéia de evolução da imigração estrangeira durante todo o período, ano a ano, bem como a participação das principais nacionalidades que a compuseram.

De acordo com as diferentes intensidades numéricas e de grupos nacionais representados*****, os dados a partir dos quais a Figura 1 foi construída, sugerem a configuração de quatro períodos, sumarizados na Tabela 2: o primeiro de 1820 a 1876; o segundo de 1877 a 1903; o terceiro de 1904 a 1930, e o quarto de 1931 a 1963.

No primeiro período, que se inicia com os primeiros núcleos colonizadores*****, o número total de imigrantes por ano oscila entre 10.000 a 20.000, apesar de chegar aos 30.000 em 1876. É característico desse período o fluxo constante de portugueses (que detém a maior freqüência ano a ano), embora o de alemães de 1850

* NOGUEIRA, O.² citando Menezes e Souza (em *Theses sobre a colonização do Brasil*, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1875) escreve: “considera indesejável o cruzamento com outros povos, pois que a raça chinesa abastarda, e faz degenerar a nossa e a européia parece abater-se na combinação com outras raças, pois que os mestiços patenteiam sempre a constituição asiática, arábica ou africana”.

** Em seu trabalho inédito “Un siglo de corrientes migratorias en el Brasil” — 1973.

*** Para uma retrospectiva das estimativas do tamanho e composição da população brasileira anterior ao primeiro censo geral de 1872, consulte-se MARCILIO¹³.

**** Dos dados do BOLETIM², por exemplo, não consta o Grupo de Imigrantes que veio para a Colônia de Santo Agostinho fundada em 1912, no Espírito Santo.

***** É claro que esses fluxos são o reflexo da situação demográfica, econômica e política dos países de origem e de destino. Porém, nesse primeiro trabalho não estudaremos essas relações.

***** Segundo os dados do Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908², que reúne várias fontes, data de 1820, quando chega aqui, o grupo de suíços que vai se instalar na colônia de Nova Friburgo, fundada em 1818.

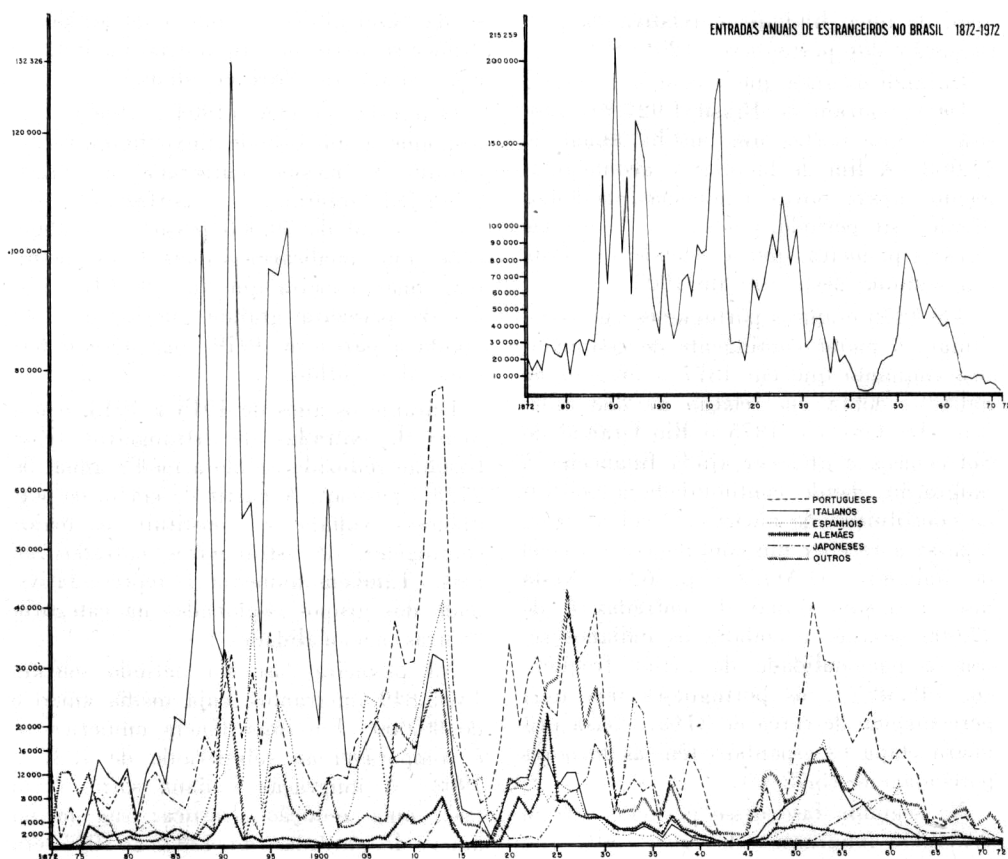


Fig. 1 — Entradas anuais de estrangeiros no Brasil 1872-1972.

em diante também exprima, em número bem menores, essa constância; e a grande massa de nacionalidade sob a rubrica de “outras nacionalidades”*, que mantém uma proporção às vezes similar à dos portugueses, e em geral, mais alta do que a dos alemães.

Esse período corresponde às várias iniciativas de colonizações, seja governamental, como já foi mencionado, seja por iniciativa privada — especialmente em Santa Catarina e de alguns fazendeiros paulistas, particularmente o Senador Vergueiro. Além da imigração dirigida a núcleos

de colonização, os estrangeiros, nesse período também se dirigiam a centros urbanos específicos; é especialmente o caso de Município Neutro, ou Distrito Federal, segundo MARQUES¹⁴ (p. 225).

Até 1876 entraram 350.117 imigrantes, dos quais 45,73% foram portugueses, 35,74% de “outras nacionalidades”; alemães somam 12,97%, e italianos e espanhóis juntos não chegam a 6%.

No segundo período começa a se alterar a tendência observada nos primeiros anos; de um modo geral caracteriza-se por uma intensa imigração italiana (58,49%),

* Em “outras nacionalidade” até 1871 não estão incluídos austríacos, belgas, franceses, espanhóis, ingleses, italianos, russos, suecos, suíços e turco-árabes.

além de uma diminuição relativa da participação dos portugueses (20%).

Durante os anos que o compõem (1877 a 1903) entram no Brasil 1.927.992 pessoas, o que perfaz uma média anual de 71.000. A fim de facilitar o acompanhamento dessas novas tendências, podemos dividir este período, por sua vez, em duas fases: a primeira, que se estende até 1886, e a segunda deste ano até 1903.

Até 1876 eram os portugueses que constituíam o maior contingente de estrangeiros, enquanto que em 1877 o número de italianos dobra em relação ao ano anterior. De fato, em 1875 o Rio Grande do Sul começa a oferecer ajuda financeira à imigração, dando continuidade à política de constituição de núcleos de colonização, e passa a receber um contingente razoável de italianos (D'AVILA ⁵, p. 62). Nesta fase, a média anual de entradas é de 27.000 pessoas, e embora os italianos sejam a nacionalidade de maior frequência (48,38%), os portugueses têm uma percentagem de cerca de 31%. Nessa primeira etapa os espanhóis têm as menores percentagens (5,75%).

Na segunda fase desse período, entram 1.654.830 imigrantes, dos quais 60% são italianos. A média anual é aqui a mais elevada, ou seja, 97.000 imigrantes; relativamente, os portugueses ficam reduzidos à metade da importância, os espanhóis praticamente duplicam de importância, e os alemães tornam-se menos do que 2%. É no decorrer dessa fase que aparecem pontos máximos de imigração, correspondentes aos anos de 1891, 1895, 1896, 1897, 1894, 1888 e 1890, nessa ordem.

É justamente no final desse período (em 1902) que é promulgado na Itália o decreto Prinetti (CAMARGO ³¹, p. 228) proibindo a imigração gratuita para o Brasil, devido às más condições a que seus emigrantes se viam relegados no Estado de São Paulo. Some-se a esse fato a cri-

se da cafeicultura no início do século, e explica-se parte da diminuição da imigração italiana de 1904 em diante.

O terceiro período (1904 a 1930), corresponde a um grande fluxo imigratório; durante o mesmo entraram no Brasil 2.142.781 imigrantes — perfazendo uma média anual de 79.000 pessoas. Também cabe aqui analisarmos duas fases distintas: uma primeira que vai até 1914, início da primeira grande guerra, e a segunda a partir de 1919, logo após o término do conflito.

Durante os anos de 1915 a 1918, o número de entradas de estrangeiros ficou bastante reduzido, sendo a média anual de 27.000 pessoas. A partir de então, os portugueses voltam a constituir o maior contingente de estrangeiros entrados no país. Também aumenta a representatividade dos grupos englobados na categoria “outras nacionalidades”.

Na primeira fase do período entram 1.085.849 imigrantes, cuja média anual é de 98.000. Em importância numérica só é comparável ao sub-período de 1887 a 1908. A imigração italiana sofre, nesta fase, uma redução drástica: sua média anual de entradas de 1887 a 1903 era 58.000, a dessa fase é 19.000 apenas. Os portugueses constituem 38% das entradas, seguidos dos espanhóis com 22%. É durante essa fase que os japoneses chegam ao Brasil (1908) sendo sua imigração subsidiada por companhias japonesas (ANDO & WAKISAKA ¹; VIEIRA ³⁸; CAMARGO ³ e SAITO ³²).

Na segunda fase, que se segue à crise de 14 a 18, é interessante observar que a categoria “outras nacionalidades” situa-se em segundo lugar quanto ao número de entradas. Essa categoria é composta de imigrantes da Polônia, Rússia e Romênia * que imigraram, provavelmente, por questões políticas **, bem como um certo número de imigrantes judeus, aqui chega-

* Segundo se pode inferir através dos censos, tanto de 1920 como de 1940.

** A revolução comunista na Rússia, provavelmente interferiu na emigração de poloneses, russos, rumenos e letonianos.

dos na década dos 20⁶. É também durante esse período que São Paulo, o único Estado que ainda subsidiava a imigração, deixa de fazê-lo em 1927.

Em fins de Dezembro de 1930 são publicadas as primeiras medidas restritivas no que diz respeito a imigrantes internacionais. As restrições vão crescendo até a fixação de quotas na Constituição de 1934 e depois também na de 1937. O regime de quotas fixa uma taxa anual de 2% sobre o efetivo total dos imigrantes de um dado país, entrados a contar de 1.º de Janeiro de 1884 a 31 de Dezembro de 1933. É portanto nesse clima que se inicia o quarto e último período constituído, e que se estende por 33 anos (de 1931 a 1963). Os 1.106.404 imigrantes entrados constituem em média 45.000 anuais, descontando-se o período da guerra.

A primeira fase desse período, anterior ao conflito, vai até 1940, e a média anual fica por volta de 29.000 imigrantes, tendo entrado 288.607 estrangeiros.

Os anos de 1932 e 1935 constituem um período de considerável imigração japonesa, cuja proporção se eleva a quase 30% do total de entradas. Os anos correspondentes a II Guerra Mundial, em especial de 1942 a 1945, apresentam um número bastante reduzido de entradas, em torno de 2.000 imigrantes anuais.

A Constituição de 1946 ameniza certos itens da legislação por quotas, e nessa segunda fase do período a imigração ressurgiu, em níveis não tão altos como no passado, aproximadamente 44.000 entradas

anuais. Durante esses 18 anos, a categoria "outras nacionalidades" mantém sua importância, assim como a de portugueses. Aumentam sua importância relativa o grupo italiano e espanhol. Os japoneses diminuem sua participação. A partir de 1953 iniciam-se imigrações, chamadas dirigidas, algumas das quais "demandam principalmente o setor industrial" (JORDÃO NETTO & BOSCO ¹²)*. Em São Paulo, por exemplo, entre 1957 e 1961, mais de 30% da imigração espanhola, mais de 50% da de italianos e 70% da grega, era dirigida ¹².

Após esses quatro períodos mencionados, inicia-se em 1964 um declínio acentuado no número de imigrantes entrados no país, sendo que do total, a maior participação pertence à categoria "outras nacionalidades".

No total de cem anos, portanto, entraram no Brasil pelo menos 5.350.889 imigrantes, uma vez que os dados aqui apresentados se referem a imigrantes de primeiro estabelecimento apenas, dos quais 31,06% de origem portuguesa, 30,32% de italianos, 13,38% de espanhóis, 4,63% de japoneses, 4,18% de alemães, e ainda 16,42% de outras origens não especificadas **.

3. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ESTRANGEIRA NO BRASIL

No que se refere ao contingente populacional estrangeiro, os dados da Tabela 3, apresentam a proporção dos mesmos vi-

* Segundo esses autores "Imigrantes dirigidos são aqueles selecionados, orientados e transportados por organismos internacionais como a Comissão Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME), Comissão Internacional Católica de Migrações e outras, em convênio com autoridades brasileiras". Ainda segundo esses autores só em 1957 é que há dados em São Paulo sobre esse tipo de migração; porém os Anuários Estatísticos do Brasil começam a divulgá-los em 1954.

** É preciso ter presente que algumas vezes a nacionalidade podia ser caracterizada pelo porto de embarque e não pela naturalidade. É claro que enquanto não tivessem sido unificados os países europeus, esse também poderia ser um fator de erro na classificação dos imigrantes. Há ainda o fato de que certos grupos nacionais, embora nascidos em outros países, consideram-se nacionais dos países de proveniência de seus ancestrais.

vendo em cada unidade da Federação nas datas dos levantamentos censitários*.

A fim de facilitar o acompanhamento das tendências ocorridas, analisaremos o contingente populacional estrangeiro, de dois ângulos. Em primeiro lugar classificaremos os Estados, relacionando sua população estrangeira ao total de estrangeiros vivendo no Brasil. Ou seja, como se distribui percentualmente a população estrangeira em cada Estado e em cada censo, em relação ao total dessa população no Brasil, nas mesmas datas. Em segundo lugar examinaremos, em relação a população de cada Estado, em cada data censitária, a proporção de população estrangeira. Isso indicará a importância percentual do contingente estrangeiro na população estadual.

Considerando, então, a proporção de estrangeiros no Estado em relação ao total da população estrangeira no Brasil em cada censo, agrupou-se os Estados em dois grupos.

O primeiro se constitui dos Estados onde a população estrangeira se manteve sempre em níveis mais baixos ou próximos a 1%. Esse grupo mais amplo, por sua vez, é composto de dois sub-grupos a saber: 1) porcentagens mais baixas do que 1%: Alagoas, Goiás, Ceará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe (7 Estados); 2) às vezes maiores que 1%: Bahia, Maranhão, Pernambuco, Espírito Santo, Pará, Amazonas e Mato Grosso (7 Estados).

O segundo grupo é formado por aqueles Estados onde a população estrangeira, na seqüência dos censos, teve uma certa expressão: 1) aqueles Estados com os níveis mais baixos: Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul; 2) aqueles Estados com níveis mais altos: Distrito Federal, hoje Guanabara, e São Paulo.

Essa caracterização, bastante geral, obscurece certos detalhes interessantes. No primeiro grupo a população estrangeira esteve bem representada na Bahia (5,77% e 7,62%) especialmente nos dois primeiros censos. Maranhão e Pernambuco que tinham 1,35% e 3,46% em 1872, em seguida perdem importância. Espírito Santo, Pará e Amazonas se mantiveram sempre em níveis baixos, oscilando, enquanto que Mato Grosso, embora em níveis baixos foi crescendo.

No segundo grupo, Minas e Santa Catarina tinham proporções mais altas no séc. 19, e foram caindo, o que também aconteceu com o Estado do Rio após 1872. O Paraná, que tinha porcentagem menor do que um no início, vai crescendo atingindo seu máximo, 6,55% em 1970. O Rio Grande do Sul se mantém até 1920 em torno de 10%, e depois vai decrescendo um pouco.

Guanabara e São Paulo, embora tenham os maiores contingentes de população estrangeira de todos os Estados, são bem diferentes entre si. São Paulo inicia com 7,63% em 1872, triplicando em 1890 (21,34%) e em seguida dobrando; chega a 44,5% em 1900 e mantém níveis por volta de 55% nos outros quatro censos. A Guanabara, ex-Distrito Federal, começa com a maior porcentagem do período — 21,70% em 1872. Em 1890 ainda é mais alta do que São Paulo (35,37%), caindo em 1900 para cerca de 18%. Mantém daí para frente proporções próximas desta.

A alta proporção de estrangeiros no censo de 1872 indicaria as províncias onde se desenvolviam núcleos de colonizações e, possivelmente, população de origem africana. É o caso da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Minas Gerais evidentemente inclui também o ciclo da mineração e o Distrito Federal uma

* Evidentemente essa informação é muito limitada para os fins a que nos propomos, por tratar da população presente na época do censo, independente dos anos de residência no país. Contudo, no nível estadual é a única fonte disponível.

imigração urbana alta (MARQUES¹⁴). Essa tendência se prolonga em alguns pontos até 1890, quando a imigração em massa para São Paulo apenas se iniciava. Depois disso, os Estados sulinos continuam suas colonizações e a lavoura cafeeira chega ao Paraná por volta de 1900. A população estrangeira dos outros Estados diminui bastante de importância.

Do segundo ângulo mencionado, ou seja, considerando-se a porcentagem de estrangeiros no total da população de cada Estado, apresentam-se outros aspectos de interesse. O Distrito Federal, hoje Guanabara, é o Estado que apresenta a proporção mais elevada de população estrangeira no censo de 1872 (30,54%) e se mantém maior do que 20% até 1920, caindo para 12,96% em 1940, 8,85% em 1950 e 5,31% em 1970. É interessante que até 1920 ela também aumenta em números absolutos caindo em 1940 e 1950 e aumentando um pouco em 1960 e 1970. Porém a queda em números absolutos é menor do que a queda relativa.

São Paulo possuía uma pequena proporção de estrangeiros em sua população no séc. 19 (3,54% e 5,42%), atingindo o seu máximo, 20,96% em 1900. A seguir decresce proporcionalmente e em números absolutos, para 18,07% em 1920, 11,34% em 1940, 7,59% em 1950, até 3,96% em 1970.

Os demais Estados poderiam ser agrupados em duas categorias. A primeira se constitui dos Estados onde a proporção de população estrangeira nunca foi expressiva na população estadual. São eles: Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Pará. Raras vezes essa proporção chega a 1%, e, mais raramente ainda a 2%. A segunda categoria de Estados, onde em algum dos períodos considerados houve certa importância da população de origem estrangeira, poderia ser subdividida em 3 subgrupos: o primeiro deles seria constituído pela Guanabara e São Paulo, já analisados; o segundo se comporia de Esta-

dos onde a importância da população estrangeira na população estadual oscilou por volta de 6 a 10%. É o caso do Rio Grande do Sul até 1920, Santa Catarina em 1872 e 1900, e do Paraná em 1900 e 1920. O terceiro é constituído por 5 Estados que não se enquadram em nenhum dos tipos acima constituídos: Amazonas e Rio de Janeiro (este exceto para o censo de 1872) oscilam nos diversos períodos, em geral com proporções maiores do que 1% mas menores do que 6%; Espírito Santo segue as mesmas linhas, porém em níveis mais altos; Paraná e Mato Grosso, que dentre os cinco Estados são os que têm as percentagens mais altas, vão crescendo até 1920, a seguir decrescem suas proporções para cerca de 5% e 3% nos dois últimos censos analisados.

No censo de 1970, as proporções decrescem bastante sendo a maior a da Guanabara (5,31%).

Analisaremos a seguir a posição dos Estados no que diz respeito às nacionalidades da população estrangeira. A Tabela A contém as informações sobre a população estrangeira no Brasil, segundo as principais nacionalidades, no que se refere aos censos de 1920, 1940, 1950 e 1970, onde esse dado é disponível.

Constatamos, para o Brasil, ser a população portuguesa a melhor representada (cerca de 27%), a não ser no censo de 1920, quando a italiana a ultrapassa apresentando a proporção de 35,66%. Em terceiro lugar aparece a nacionalidade espanhola variando próxima ao 11% nos quatro censos. O quarto lugar de importância pertence à população japonesa, cujas percentagens variam ao redor de 10%, exclusiva o censo de 1920. Neste, os estrangeiros de origem alemã são 3,38% e os de japonesa apenas 1,79%. Em quinto lugar aparecem os alemães oscilando próximo aos 5%.

Depois das nacionalidades mencionadas, a maior proporção tanto em 1920 como em 1940 é da Turquia-Asiática. Esse nível percentual é mantido no censo de 1950, porém aí o sexto e sétimo lugares

TABELA A
 Proporção de população estrangeira no Brasil, segundo as principais nacionalidades, nos censos de 1920, 1940, 1950 e 1970

Censos	Portugueses	Italianos	Espanhóis	Alemães	Japoneses	Outros	Total
1920	27,69	35,66	13,99	3,38	1,79	17,50	100,00 1565961
1940	27,04	23,13	11,42	6,90	10,28	21,23	100,00 1406342
1950	27,75	19,96	10,84	5,42	10,64	25,39	100,00 1213974
1970	35,63	12,43	10,59	4,21	12,53	24,61	100,00 1229122

cabem a Polônia (4,02%) e Rússia (4,51%). O mesmo ocorre em proporções menores no censo de 1970. É de interesse notar que neste censo os imigrantes dos Estados Unidos, que anteriormente não eram numericamente importantes, situam-se no décimo primeiro lugar, com 1,06%.

No que se refere aos diversos Estados (conforme Tabelas 4, 5, 6 e 7) verificamos que embora de uma maneira geral sejam essas as principais nacionalidades, a ordem de importância nem sempre segue aquela encontrada para o país. Na tentativa de levar em conta essas diferenças, sugerimos uma classificação dos diversos Estados em duas categorias principais. A primeira delas seria constituída pelos Estados que apresentaram uma relativa importância quanto à população estrangeira, e cujas principais representações nacionais são equivalentes aquelas encontradas para o país, porém em proporções diversas.

Essa primeira categoria seria composta apenas pela Guanabara e São Paulo. Na Guanabara, mais de 63% da população estrangeira, nos quatro censos, é constituída de portugueses. A ordem das outras nacionalidades principais, em proporções menores, contudo, não foge àquela encontrada para o Brasil. Apenas no censo de 1950, a categoria "outras nacionalidades" é proporcionalmente maior do que essa mesma categoria para o Brasil. Em São Paulo, no censo de 1920, os italianos constituem 48% da população estrangeira.

Porém passam para porcentagens ao redor de 27% nos censos seguintes, mantendo sempre a principal proporção até 1950. Em 1970 os portugueses assumem a maior porcentagem, passando os italianos para o quarto lugar. A proporção de portugueses oscila por volta de 20% até 1950. A Espanha e o Japão seguem-se bem próximos, tendo proporções aproximadas de 15%, exceto o Japão no censo de 1920 que apresenta uma proporção próxima a dos alemães, que têm pouca expressão nesse Estado. São Paulo, em 1970, segue exatamente a ordem de importância das nacionalidades apresentadas para o Brasil, com algumas diferenças percentuais.

A segunda categoria é caracterizada pelos Estados que, sendo importantes quanto a participação da população estrangeira, participam em uma ordem diferente daquela verificada para o País, o que implica em porcentagens altas na categoria "outras nacionalidades". Esse grupo ainda pode ser separado em dois sub-grupos: o primeiro constituído pelos Estados de Santa Catarina e Paraná, e até certo ponto pelo Rio Grande do Sul; o segundo é constituído da "outra parte" do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso e de algumas unidades especiais como os Estados do Amazonas e do Acre e os Territórios.

Santa Catarina, tem como grupo nacional mais importante os alemães cujas proporções oscilam ao redor de 40%, seguidos pelos italianos, com aproximadamente 17%, até o censo de 1950. Em

1970, a proporção de imigrantes italianos reduz-se a metade. As outras nacionalidades que tem expressão são poloneses, russos e austríacos com proporções entre 6 e 11%, considerando-se inclusive o censo de 1970.

O Paraná no censo de 1920 tem como principal nacionalidade estrangeira os italianos (14,42%) sendo que "outras nacionalidades" engloba 71% dos estrangeiros. Devido ao agrupamento das nacionalidades no censo de 1920, podemos saber que a Áustria tem 10,05%. No censo de 1940 se explicita a liderança dos poloneses cuja proporção é de 21%. O Japão assume a primeira importância em 1950, com cerca de 20%, mantendo-a até 1970*. Seguem-se a Polônia e a Itália até 1950. Em 1970 os portugueses passam a ter a 2.^a proporção mais elevada, ou seja, 11,33%.

O Rio Grande do Sul poderia ser considerado um Estado misto. Ou seja, para lá imigrou grande contingente da população européia durante o grande fluxo mas, além disso, possui uma continuidade de imigrantes sul-americanos. Essa migração sul-americana é que vai caracterizar os Estados que denominamos de "imigração internacional de fronteira" e que constitui a outra subdivisão do segundo subgrupo.

O Rio Grande do Sul, que teve sempre grande número de estrangeiros em sua população, tem como nacionalidade principal, até 1950, os italianos (decrecendo de 32% para 12,18% no censo de 1970) e em terceiro lugar os alemães (que crescem de 11% para 16% em 1940, decrecendo a seguir até 13,65% em 1970, quando assumem o segundo lugar). Neste censo, o Uruguai que vinha se mantendo em segundo lugar de importância desde 1920, torna-se a nacionalidade mais importante nesse Estado com 19,40%. O quarto lugar é assegurado a Polônia até 1950. Em 1970 devido a um aumento da

proporção de portugueses, a Polônia apresenta-se em quinto lugar. A Rússia e Argentina alternam as próximas duas colocações através dos censos.

Dentre os Estados de imigração internacional de fronteira, o único outro que possui proporção significativa de população estrangeira é o Mato Grosso. Os outros que comentaremos não se destacam pela proporção de estrangeiros na população estadual; porém, com exceção do Amazonas, cuja categoria "outras nacionalidades" apresenta uma proporção próxima a 43%, todos os demais tem 80% da população estrangeira do Estado (ou Território) nessa situação. Vale lembrar que o Rio Grande do Sul tem percentagem maior do que 50% nessa categoria.

No Amazonas, cerca de 40% da população estrangeira é de origem portuguesa, porém, o Perú participa com porcentagens ao redor dos 20%, diminuindo no censo de 1970 para 13% quando os Estados Unidos apresentam uma porcentagem de 8,78%.

O Território, hoje Estado do Acre, tem como principal nacionalidade a peruana, com cerca de 40% em 1940 e 1950. Em 1970, a Bolívia que vinha crescendo de importância passa para o primeiro lugar com 45% e o Perú em seguido com 22%. A terceira nacionalidade (que em 1950 foi a segunda) mais representada, é a da Turquia-Síria-Líbano.

No que se refere aos Territórios de Amapá e Roraima (ou Rio Branco), mais de 40% dos estrangeiros são provenientes da Guiana Inglesa, exceto para o censo de 1970 no Amapá, quando a proporção de japoneses é de 26% e a Guiana Inglesa apenas 8%. No Território de Rondônia (ou Guaporé) cerca de 80% são originários da Bolívia.

No Estado de Mato Grosso, cuja população estrangeira tem certa importância numérica, os paraguaios constituem mais de 50% desta, desde o censo de 1920 até

* Isso se deve em grande parte, a uma imigração dos japoneses do Estado de São Paulo para o Paraná, especialmente ligada à expansão do café e de outras formas de exploração da terra.

o de 1970. Segue-se em importância a Bolívia, com proporções ao redor dos 13%.

Afora Mato Grosso e Rio Grande do Sul a importância relativa da população estrangeira, nas outras unidades desse grupo, é praticamente nula. Mesmo assim, essa imigração tem uma continuidade no tempo que não é de se desprezar. É possível, também, que exista uma contrapartida imigratória de brasileiros para os países de fronteira, que embora não se conheça o montante, possa ter apresentado a mesma regularidade e continuidade.

Resumindo o que foi visto em relação à distribuição da população estrangeira, pode-se concluir que:

- 1 — a proporção da população estrangeira em relação ao total da população do Brasil, para o período de 1872 a 1970, variou de 1,31% (em 1970) a 6,16% (em 1900). Alguns Estados sobressaem por terem tido continuamente na população, uma proporção de estrangeiros, maior do que aquela encontrada para o Brasil, na mesma data. São eles: Distrito Federal, hoje Guanabara, Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso e Paraná. Outros Estados como Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina não sofreram processo de continuidade;
- 2 — as principais nacionalidades estrangeiras no Brasil, em ordem decrescente de importância, foram: a portuguesa (após o censo de 1920), a italiana, espanhola, alemã e japonesa (após o censo de 1920, quando a Turquia-Asiática, o Uruguai e Polônia eram mais importantes do que o Japão). Essa mesma população estrangeira se comporta diferentemente por Estado. Na Guanabara mais de 63% da população estrangeira é composta de portugueses; São Paulo, embora com maior proporção de italianos, mantém próximas a esta as percentagens de portugueses e espanhóis. No Rio Grande do Sul apesar dos italianos terem as percentagens mais elevadas até 1950, a segunda pertencia

aos Uruguaios. Hoje estes tem a maior percentagem. O Estado do Paraná, que no início tinham a maior percentagem dentre os originários da Itália, vê essa nacionalidade suplantada por poloneses em 1940 e por japoneses de 1950 em diante. Mato Grosso possui mais de 50% da população estrangeira do Estado, proveniente do Paraguai, nos quatro censos referidos.

- 3 — É interessante lembrar que em Estados onde a população estrangeira é relativamente inexpressiva, há sempre um contingente maior de portugueses, italianos ou alemães; porém, o grupo árabe (turcos, sírios, libaneses e palestinos) tem em geral a segunda importância. Os Estados que não apresentaram importância tanto em relação à população estrangeira total quanto a população estadual são: Alagoas, Amazonas, Ceará, Goiás, Maranhão, Pará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe. Houve Estados que em determinados censos possuíam uma população estrangeira que não era desprezível. Contudo nessas mesmas datas essas populações estrangeiras nada significam em relação às populações estaduais. É o caso da Bahia, Minas, Pernambuco e Rio de Janeiro.
- 4 — Deve-se considerar Guanabara e São Paulo como os Estados mais importantes no tocante a imigração estrangeira; contudo, não devemos esquecer que a Guanabara é uma cidade-estado. Ambos são significantes quando relacionados à população estrangeira do Estado e àquela do País. Apesar dessa igualdade, as nacionalidades envolvidas e o tipo de imigração foram bastantes diversos.

Com base nos dados analisados nessa terceira parte torna-se evidente, no que tange a imigração estrangeira, a importância dos Estados do Sul. Dentre esses sobressai o Estado de São Paulo que desde 1900 apresenta cerca de 50% de po-

pulação estrangeira em relação à população estadual. Esse fato motivou uma apreciação especial de São Paulo, no tocante ao tipo e quantidade de imigração estrangeira que a ele se destinou.

Considerando então os dados quinquêniais apresentados na Tabela 8 (que a Figura 2 visualiza), notamos que do total de entradas de estrangeiros de primeiro estabelecimento, desde 1885 até 1959, mais de 50% se destinou ao Estado de São Paulo, com uma única exceção, o período de 1940-1944, ou seja, durante a II Grande Guerra. Nesse período a imi-

gração portuguesa atingia sua proporção máxima (57,23%) sobre as outras. E embora essa mesma situação tenha ocorrido no Estado de São Paulo, a Guanabara, segundo os dados censitários, sempre apresentou porcentagens de portugueses acima de 63%. É portanto de se esperar que nesse período tenha sido a Guanabara a maior receptora de imigrantes internacionais.

No período que antecede a 1885*, a proporção de imigrantes entrados em São Paulo, em relação ao Brasil, era inexpress-

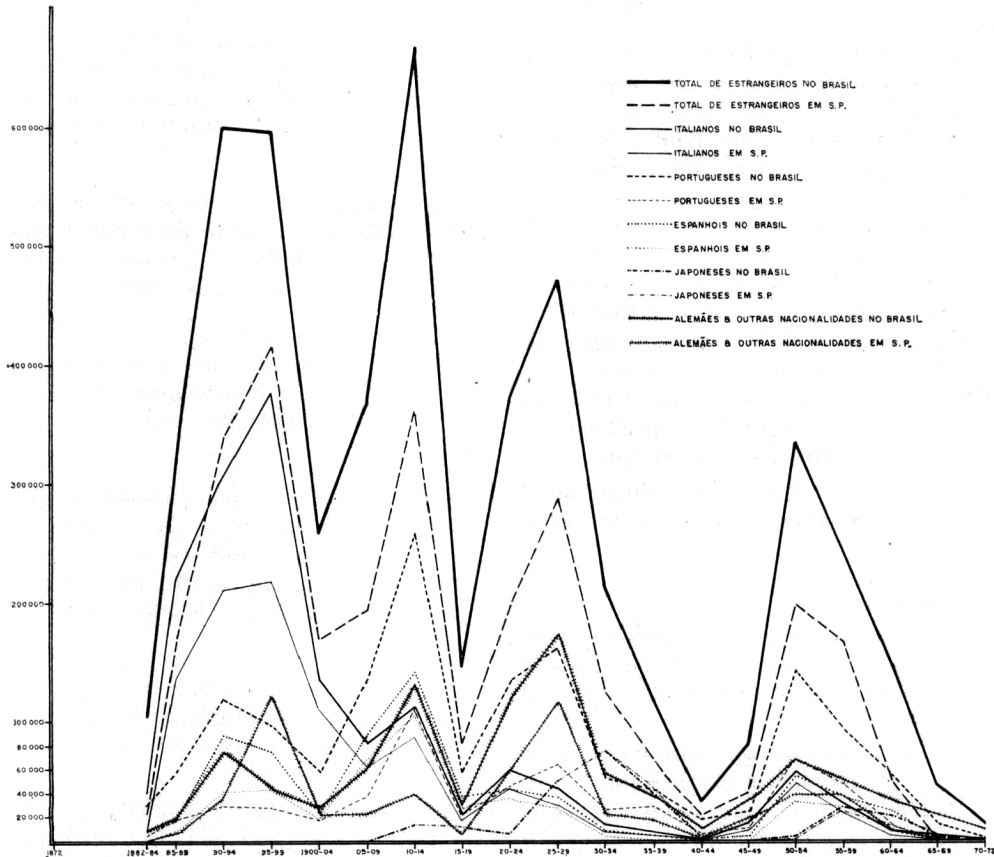


Fig. 2 — Entradas de estrangeiros em São Paulo e no Brasil por quinquênios, segundo nacionalidades.

* Segundo informação do Dept.º Estadual do Trabalho da Secretaria da Agricultura³², de 1827, ano em que começou a ser feita a estatística, a 1881, ano em que se promulgou a primeira lei imigratória (55 anos de intervalo), entraram em São Paulo 24547 imigrantes (excluído 400 nacionais) sendo 4493 portugueses, 3508 italianos e 358 espanhóis.

siva. Isso também é verdadeiro de 1964 em diante. Convém recordar, contudo, que os dados em que se baseia este trabalho foram fornecidos pelo Departamento de Imigração e Colonização (DIC) (inaugurado em 1886) e que desde 1962 recebe apenas imigrantes vindos através do CIME (Comissão Internacional de Migração Europeia).

Quanto às diferentes nacionalidades envolvidas, no período de 1885 a 1959, a proporção mais significativa que se destina a São Paulo é a de italianos. Há ocasiões porém que os espanhóis ultrapassam.

De 1905-1909, período em que se inicia a imigração japonesa, até 1940-1944, quase 100% desses nacionais entrados no Brasil dirigem-se a São Paulo. Há ocasiões em que a porcentagem é maior do que 100% — isso se deve provavelmente, mais a uma defasagem de registros dos portos de entrada em relação aos da hospedaria do DIC, do que a uma inter-migração, embora, esta exista conforme se deduz nas datas do censo pela importância dessa nacionalidade no Paraná e em Mato Grosso. Em relação ao Amazonas, houve para lá migrações específicas de japoneses a partir dos anos 30 (SILVA³³).

A categoria que engloba "outras nacionalidades" embora com variações mais amplas, também mantém proporções altas de entradas que se dirigiram ao Estado de São Paulo.

A nacionalidade que tem menor expressão, em média, nesse conjunto de anos, é a portuguesa, cujos níveis ficam por volta dos 35%.

Nos primeiros tempos, portanto, os imigrantes se destinavam basicamente a colonização, sendo numericamente inexpressivos, e o Estado de São Paulo não sobressaía pelo número de estrangeiros em sua população. Nessa oportunidade, Estados como Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul tinham maior importância.

Nos últimos períodos, após 1959, há uma diminuição relativa da importância do Estado de São Paulo, que pode porém

estar afetada pela pouca influência que tem hoje o DIC em relação à imigração internacional.

Dentre os imigrantes que se destinaram ao Estado de São Paulo de 1885 a 1971, os que apresentaram a porcentagem mais elevada foram os italianos (35,64%), seguindo-se-lhe os espanhóis (16,10%) e portugueses (13,73%). Do total de imigrantes entrados nesse período em São Paulo, o maior número é encontrado no quinquênio que vai de 1885 a 1889, seguido pelo de 1910 a 1914 (que justamente antecede a I Grande Guerra).

Até 1904 já haviam entrado em São Paulo 76,22% dos imigrantes italianos, sendo que, do total de imigrantes no período de 1885 a 1889, 81,93% era de origem italiana.

Os japoneses só iniciaram sua imigração — toda ela dirigida para São Paulo — a partir de 1908. O período máximo dessa nacionalidade vai de 1925 a 1934.

Nos períodos de 1920 a 1929 e de 1945 a 1949, o grupo de "outras nacionalidades" ultrapassa a porcentagem de todas as outras nacionalidades específicas que vimos analisando.

Evidencia-se pelo que analisamos, que a contribuição da imigração estrangeira para a população brasileira fez-se sentir indiretamente, através dos Estados do Sul, e mais particularmente de São Paulo.

4. ESTIMATIVAS DA CONTRIBUIÇÃO DA MIGRAÇÃO ESTRANGEIRA PARA O CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO

Ao tentar estimar a contribuição da imigração estrangeira para o crescimento populacional brasileiro, defrontamo-nos com dois tipos de problemas: em primeiro lugar, a lacuna de dados no que se refere à emigração de retorno; e em segundo lugar, a falta de informação, nos censos de 1872, 1890 e 1900, sobre a estrutura etária dessas populações, período que coinci-

de com o grande fluxo imigratório no país, tanto em números absolutos como em relativos*.

Apesar dessas limitações, alguns especialistas tentaram estimar o montante da participação da população estrangeira, no crescimento demográfico do Brasil. MORTARA¹⁸, utilizando a população de toda a América, de 1840 a 1940, e considerando as estatísticas dos países tanto de emigração como de imigração, tenta estimar para os Estados Unidos, Canadá, Brasil e Argentina a parcela do crescimento populacional devido a imigração.

Ele mesmo considera, contudo, a não confiabilidade de dados, mesmo para as estatísticas da Alemanha e dos Estados Unidos. Convém notar que MORTARA¹⁸ aplica, a partir dos dados globais de imigração-emigração para toda a América, diferentes proporções de fixação — ou seja, porcentagem dos que não retornaram aos países de origem ou que não deixaram os países de destino — aos países considerados. Assim, considera uma proporção de fixação para o período de 1840-1940, para toda a América, de 64,29%. Para o Brasil utiliza uma proporção de 68,75%, para a Argentina 48,65%, para os Estados Unidos 21,83% e Canadá 20%. Com esse procedimento MORTARA¹⁸ estaria subestimando o retorno do Brasil, em comparação com os outros países, e assim superestimando o papel da imigração no crescimento. Esse autor conclui que durante o período considerado (1840-1940) para o Brasil, de um crescimento populacional estimado em 35,3 milhões, 81,02% foi devido ao crescimento natural, 9,63% ao crescimento natural dependente da imi-

gração e 9,35% diretamente do contingente imigratório. É interessante observar que usando a mesma técnica, mas considerando a proporção de fixação de 64,29% — a mesma da América como um todo — encontramos 91,2% devido ao crescimento natural e 9% devido a participação direta e indireta dos estrangeiros. Desse modo, a participação do contingente migratório estrangeiro fica reduzida em 10%, em outras palavras, à metade.

Uma outra maneira de estimar o montante da migração de retorno é através da estrutura etária da população estrangeira nos diversos censos, informação que, como dissemos, não existe. Afim de estimar as taxas de mortalidade da população estrangeira e nativa, MORTARA¹⁵ utilizando as tábuas de vida Bulhões de Carvalho ajustada para as capitais, estima a estrutura etária da população nativa para os censos de 1872, 1890 e 1900; a seguir, calcula a população de estrangeiros por idade. Baseado num ajuste de um polinômio de terceiro grau, estima os óbitos e as taxas de mortalidade para as duas populações, no período 1870 a 1920 (MORTARA¹⁶).

A Tabela 9, de MORTARA¹⁶ (1941), apresenta as taxas assim obtidas, suas alterações no período e as diferenças para o grupo nativo e estrangeiro. Verificamos que as taxas de mortalidade geral para os estrangeiros são sempre menores do que para os nacionais. Porém, no decorrer do período, elas vão se aproximando; enquanto que no primeiro período quinquenal elas apresentam uma diferença de aproximadamente 5% (31,32‰ e

* No que se refere à migração de retorno, existem apenas informações esparsas, dados parciais fornecidos por instituições assistenciais, ou informações qualitativas encontradas em estudos sociológicos, antropológicos e históricos obtidas, comumente, através dos descendentes dos imigrantes e às vezes a partir de dados históricos. As informações quantitativas são, em geral, obtidas dos portos marítimos através de registros de entrada e saída; esses registros, contudo, se iniciaram em diferentes datas para os diversos portos do Brasil e é comum a existência de uma defasagem entre o início dos registros de entrada e o início dos registros de saída. O movimento de população que se realiza por terra nunca foi computado nesses dados a não ser no caso de imigrantes que chegavam a São Paulo pela E. F. Central do Brasil, vindos diretamente do porto de desembarque, embora alguns desses movimentos possam ser detectados através de dados censitários.

26,02‰ respectivamente) no último quinquênio elas praticamente se igualam (21,88‰ e 21,63‰, respectivamente).

A Tabela 10 também de MORTARA¹⁶ (1941) apresenta as proporções médias anuais de nascimentos, óbitos e crescimento vegetativo para a população nativa; utilizando esses dados, o autor obtém o crescimento total da população no período (39,4 milhões), e calcula o crescimento vegetativo em 92% e o migratório em 8% (Tabela 11). Pode-se verificar que esses resultados se aproximam daqueles por nós obtidos quando utilizamos a proporção de 64,29% relativa à fixação estimada para a América.

MORTARA²⁰ estima a participação da imigração internacional no período 1890-1940, aplicando a mesma técnica acima descrita. Neste caso, retificando os dados dos censos de 1890 e 1940, e utilizando dados de imigração por ele mesmo considerados superestimados, chega a novas taxas de mortalidade e natalidade para esse período (Tabela B).

TABELA B

Taxa de natalidade e mortalidade para o período de 1890-1940

Períodos	Natalidade	Mortalidade	Excedente de natalidade sobre a mortalidade
de 1891 a 1900	46,0	27,8	18,2
de 1901 a 1920	45,0	26,4	18,6
de 1920 a 1940	43,5	24,8	18,7

Com base em um crescimento geométrico de 21,51% estabelece que para o aumento, de 26.919.029 habitantes no período, 10,04% se deve ao saldo imigra-

tório, 5,26% ao crescimento natural dependente da imigração e os restantes 84,70% são devidos ao crescimento natural, independente da imigração (GRAHAM & HOLLANDA FILHO⁸).

Evidentemente a contribuição não foi homogênea para as diferentes unidades da federação. Considerando as diferentes regiões do Brasil, segundo o censo de 1940, MORTARA²⁰ calcula para esse mesmo período de 1890 a 1940, a taxa geométrica anual de incremento. Embora individualmente o Estado do Espírito Santo seja o que apresenta a maior taxa de crescimento (34,98%), o conjunto das regiões fisiográficas apresenta os dados conforme Tabela C.

TABELA C

Taxa geométrica anual de crescimento por regiões fisiográficas, para o período de 1890 a 1940

Regiões fisiográficas *	Taxa geométrica (por 1000 hab.)
Sul	31,16
Centro-Oeste	27,93
Norte	22,95
Nordeste	19,77
Leste	16,45
Total	21,51

* São Paulo está incluído na região Sul; e Rio de Janeiro e Guanabara na região Leste.

Considerações sobre esse crescimento envolvem correntes imigratórias tanto internacionais como internas. No caso dos Estados da região Sul, como já nos referimos, a contribuição da imigração de origem européia não foi desprezível, assim como a japonesa em alguns estados específicos dessa região. É importante também, conforme mencionado por vários autores (CAMARGO³ e NOGUEIRA²⁸) e quantificado por GRAHAM & HOLLANDA

* Estes autores, em um trabalho recente sobre migrações, calculam os saldos estaduais de redistribuição de imigrantes estrangeiros no mesmo período que estamos estudando, para tanto também estimam a estrutura etária nacional e estrangeira; no entanto, as pressuposições envolvidas nos procedimentos adotados a nosso ver poderiam tornar ainda mais ambíguas, as conclusões a respeito da participação dos migrantes internacionais no crescimento populacional do Brasil.

FILHO⁸, a influência de imigrações internas. As emigrações internas explicariam até certo ponto o menor crescimento das regiões Nordeste e Leste. No que se refere à região Centro-Oeste que inclui Goiás e Mato Grosso, esse crescimento pode não ser só devido a imigração interna, como mencionam GRAHAM & HOLLANDA FILHO⁸. É bastante provável que a imigração sul-americana, que chamamos de "imigração internacional de fronteira", tenha contribuído de uma maneira significativa para o crescimento dessa região.

Com o objetivo de explorar um pouco mais um aspecto, como dissemos de difícil mensuração, nos estudos de imigração internacional — o da proporção de retorno —, e a partir das estimativas de óbitos de estrangeiros e taxas de mortalidade geral, calculadas por MORTARA^{19, 23}, calculamos um índice de fixação da população estrangeira para os vários períodos intercensitários*, cujos resultados encontram-se na Tabela D.

TABELA D
Índice de fixação de imigrantes segundo os períodos intercensitários

Períodos	Índice de fixação p/período	Índice de fixação acumulado	Taxa anual de fixação
1872-1890	0,26	0,26	0,01
1890-1900	0,82	0,61	0,08
1900-1920	0,78	0,69	0,04
1920-1940	—0,11	0,48	—0,01
1940-1950	—1,34	0,43	—0,13
1950-1970	0,04	0,37	0,002

* A explicação e construção desse índice encontram-se em anexo. Os valores negativos são devidos em parte, ao pequeno número de entradas nessas épocas comparado a contínua saída de pessoas que entraram em datas anteriores, e, ao número de estrangeiros em um censo subsequente, ser menor do que no anterior. No censo de 1920, segundo MORTARA¹⁹, ocorreu uma superenumeração, o que poderia estar afetando o valor de 1920 a 1940. No que se refere aos censos de 1940 e 1950 não se conhece informações desse tipo.

** Segundo dados e gráfico ilustrativo de VASCONCELOS⁴⁰, o deficit é de 5.246 indivíduos.

*** MORTARA¹⁹ mostra que no censo de 1914 na Argentina entraram 36000 brasileiros. Se considerarem como terra de origem a terra de onde vieram, muitos reimigrados italianos e de outras nacionalidades entrariam nessa categoria.

Esse índice foi construído a partir do número de entradas de estrangeiros por ano desde 1872 e leva em consideração a mortalidade prevalente nos períodos intercensitários. Verifica-se que para os períodos intercensitários correspondentes ao grande fluxo migratório, ou seja, o 2.º, 3.º e 4.º, o período de maior fixação foi o de 1890 a 1900, no qual a taxa assume um valor duas vezes maior que a do período subsequente. De fato, dados paralelos indicam ser o começo do século um período de grande migração de retorno. No porto de Santos, por exemplo, para o período de 1908 (ano que iniciou o registro de saídas no porto) a 1936**, só em 1915 é que se verifica um deficit nas saídas, sobre as entradas. PERTILLE *apud* CAMARGO³, utilizando dados da imigração italiana para São Paulo no período de 1896 a 1904, mostra que para essa nacionalidade há um primeiro deficit em 1900 (10.242 pessoas) e mais dois outros: um em 1903 (18.451) e outro em 1904 (14.603).

Para o período de 1900 a 1909, SIMONSEN *apud* ANDO & WASIKAWA¹ mostrou dados onde o número de imigrantes repatriados e reimigrados à Argentina, excedem o total daqueles entrados no País nos anos de 1900, 1903, 1904 e 1907. Para NOGUEIRA²⁵, segundo relatório da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, em 1906, entravam 48.429 imigrantes. Porém a saída chegava a ser de ordem de 41.319 pessoas que, em sua maioria, se deslocavam para a Argentina***. Ao redor de 1900 é que se agravou a crise do café, com a superprodução

e conseqüente queda de preço no mercado internacional.

SIMONSEN apud ANDO & WASIKAWA¹ utilizando dados de entrada e saída de imigrantes entre 1900 a 1909, mostra que durante a crise cafeeira deixaram o país cerca de 300.000 imigrantes.

WILLEMS⁴³ ao se referir aos imigrantes alemães em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, diz que estes “voltaram em maior número do que geralmente se pensa”. Indica, entre os motivos, que no fim do século passado, induziram os imigrantes ao repatriamento, o problema da especulação e espoliação imobiliária e falta de vias de comunicação para o escoamento da produção. Diz ainda que os relações da Sociedade Germânica de Assistência Beneficente dos Alemães do Rio de Janeiro são “índices da proporção em que surgiam, periódicamente, elementos residuais desejosos de voltar a Pátria”.

O período de menor fixação não corresponde aos períodos de maior fluxo migratório, e é o que vai de 1940 a 1950. Mesmo assim, o International Labour Office de Genebra¹¹, para o período de 1945-1957, com base nos dados de migração dos países europeus, estima para esse período, para o Brasil, um retorno de 400.000 a 420.000 indivíduos. Ora, nesse mesmo período entravam no Brasil 569.087 imigrantes*, e não somente de origem européia.

Considerando a diferença quantitativa e qualitativa (dos diferentes fluxos e das nacionalidades envolvidas) e na suposição de que as condições de vida encontradas neste País foram diferentes durante os cem anos referidos, e que os diferentes grupos nacionais que para cá se destinaram eram diversos em suas possibilidades

de adaptação, decidimos calcular para os períodos intercensitários, um índice de emigração de retorno**, utilizando os dados disponíveis. A estimativa apresentada (Tabela 12), embora grosseira, mostra aspectos diferenciais interessantes.

Verifica-se que o primeiro período foi de maior retorno, o que complementa o índice anterior, que mostrava em certa parte desse período um baixo valor de fixação. E, a nacionalidade que apresentou maior emigração foi a italiana (2,47) sendo que espanhóis (2,27) tanto quanto portugueses (2,10) tiveram índices maiores ou iguais ao do período como um todo (2,10).

Considerando, então, apenas os valores do índice acumulado***, verificamos que embora para o total ele seja 4,34 alguns grupos nacionais o ultrapassaram. Assim, a nacionalidade de maior retorno foi a italiana (10,61), sendo que juntamente com “outras nacionalidades” são as únicas a praticamente dobrar do primeiro para o segundo período. A segunda nacionalidade de maior retorno, a espanhola (5,50), é já a metade da italiana. Segue-se a “alemã” (4,31) cujo valor está um pouco abaixo do total de estrangeiros.

A nacionalidade de menor retorno foi a japonesa (1,69) seguida por “outras nacionalidades” (2,88) e depois a portuguesa (3,79).

Um último aspecto de interesse ao se considerar o papel das migrações internacionais no crescimento populacional brasileiro refere-se ao seu efeito, através de uma fecundidade diferencial por origem dos imigrantes.

Novamente MORTARA¹⁷ comparando taxas de natalidade e fecundidade de mulheres de países de emigração e de paí-

* Dado computado de anuários estatísticos do Brasil, conforme nota explicativa na Tabela 1.

** O índice de emigração de retorno se encontra definido em anexo.

*** Preferimos considerar somente os valores acumulados, uma vez que pela definição desse índice, acumula-se o numerador mantendo-se a população dada pelo censo no denominador. Contudo, esse dado censitário é sempre cumulativo por natureza, e tende a distorcer o resultado do índice não acumulado, especialmente quando a entrada de imigrantes é alta em um dado período comparado com o período seguinte.

ses de imigração, para os anos ao redor de 1900, através do método da fecundidade padrão, chega à conclusão de que as taxas de natalidade são pouco diversas. E, também, que os “países de imigração considerados não apresentam como característica geral, nem uma quota de mulheres em idade fecunda especialmente elevada, nem uma composição por estado civil e por idade desta parte da população feminina, que seja particularmente favorável a uma alta fecundidade”, ou seja, “a imigração afeta de maneira desprezível a taxa de natalidade”.

Com base no Censo Demográfico de 1940, MORTARA²² calcula o número de filhos tidos por cem mulheres prolíficas, de 15 anos e mais, estrangeiras (separadas em seis categorias de origem) e brasileiras, obtendo os resultados conforme Tabela E.

TABELA E
Número de filhos tidos por 100 mulheres prolíficas de 15 anos e mais

Natalidade das mulheres prolíficas	Filhos tidos nascidos vivos por 100 mulheres prolíficas de 15 anos e mais	
	Cálculo direto	Conforme população padrão
Italiana	780,28	531,34
Espanhola	644,09	529,20
Portuguesa	502,79	406,49
“Outra nacionalidade”	491,02	429,17
Japonesa	465,72	441,41
Alemã	421,74	325,13
Estrangeira em geral	591,96	466,19
Brasileira	540,13	540,13

A primeira coluna segue a ordem de grandeza dos valores observados. A segunda apresenta o número de filhos tidos nascidos vivos que as mulheres teriam se sua estrutura etária fosse a mesma das mulheres brasileiras.

É assim que, os grupos mais prolíficos foram as italianas e espanholas quase juntas. Segue-se em níveis um pouco mais baixos, japonesas e mulheres de “outras nacionalidades” e ainda as portuguesas. Em lugar bastante distanciado se encontram as alemãs com um número de filhos de 325,13%. Porém, verifica-se que nenhum grupo ultrapassou o número de filhos tidos pelas mulheres brasileiras.

Apesar do efeito da imigração nas taxas de natalidade ter sido de um modo geral considerado desprezível, MORTARA¹⁷ mesmo salienta o fato de que esse efeito depende dos padrões de fecundidade dos países de origem. No nosso caso, todos os grupos de estrangeiros, originando-se de países onde preponderava uma fecundidade controlada, tenderiam a fazer decrescer as taxas de fecundidade brasileiras. Além disso, como dentre as nacionalidades de maior contingente imigratório estão portuguesas e italianas, é esse nível que provavelmente terá maior interferência. Contudo, as correntes imigratórias variaram de intensidade nos diversos períodos, e ainda foram diferentes por nacionalidade nos diversos anos e nos estados de destino. O fato das mulheres italianas serem mais velhas, as japonesas e as de “outras nacionalidades” mais jovens (MORTARA²²), é fruto dessa imigração diferencial por período. Essa condição pode implicar de certa forma na possibilidade das mulheres mais jovens ainda não terem encerrado sua fecundidade. E, nesse caso, poderiam vir a ter no futuro uma fecundidade maior.

5. CONCLUSÕES

Tentou-se reunir nesta parte do trabalho algumas informações sobre a influência da imigração estrangeira no crescimento da população brasileira. Torna-se difícil conhecer a real contribuição desse contingente populacional, como vimos, pela falta de informações referentes a algumas características demográficas básicas da população estrangeira, especialmente idade, e pela falta de estatísticas de emi-

gração, durante períodos de tempo em que o fluxo migratório foi importante.

Do que foi trazido em consideração neste item, podemos salientar que:

1. De maneira geral, a contribuição da imigração estrangeira para o crescimento da população variou por período e por nacionalidade. No período de maior fluxo imigratório (1890 a 1920) a contribuição estimada chegou a 11% do crescimento, considerando-se para esse cálculo que a mortalidade de estrangeiros, no início, era menor do que a dos nacionais. Nesse período, devido ao tamanho da população nativa, a importância relativa da imigração para o crescimento também foi maior do que em outros períodos em que número não desprezível de imigrantes chegou ao país.

2. Do que é possível afirmar quanto à emigração dos estrangeiros que aqui chegaram, verificamos que foi durante o período de 1890 a 1900 — o mais próximo do início das grandes correntes imigratórias —, que menos imigrantes deixaram o país. Daí em diante, o nível de retorno tendeu a ir gradativamente aumentando.

3. Em termos quantitativos, o efeito direto da imigração no crescimento total da população, no período 1890-1940, foi estimado em 10,04% e o indireto em 5,26%. A imigração exerceu uma influência indireta no crescimento da população brasileira através da fecundidade das mulheres estrangeiras. Sendo a fecundidade mais alta a das mulheres de origem italiana e a mais baixa a das alemãs, é de se supor que, essa influência tenha operado diferencialmente, de acordo com as áreas de maior concentração de imigrantes, de cada nacionalidade.

LEVY, M. S. F. — [*The role of international migration on the evolution of the Brazilian population (1872 to 1972)*]. *Rev. Saúde públ.*, S. Paulo, 8(supl.): 49-90, 1974.

SUMMARY: *The present paper, exploratory and informative basically, had as main purpose, to put together data about International Migration in Brazil and the contribution of this migration to the growth of the Brazilian population. For this matter an index that would proporcionate a first approximation for the estimatives of return emmigration, was build, once data on that matter is lacking. Despite the fact of the introduction having elements beyond 1872, this date was taken as inicial point, as it is of the first Brazilian National Census. It also has been analysed based on Census data, the spacial distribution by State, of the foreign population.*

UNITERM: *Migration; International Migration; population growth and distribution; Brazil.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANDO, Z. & WASIKAWA, K. — Sinopse histórica da imigração japonesa no Brasil. In: CENTRO DE ESTUDOS NIPO-BRASILEIROS. *O japonês em São Paulo e no Brasil*. São Paulo, 1971. p. 4-40.
2. BOLETIM COMMEMORATIVO DA EXPOSIÇÃO NACIONAL DE 1908 Rio de Janeiro. 1912.
3. CAMARGO, J. F. — *Crescimento da população no Estado de São Paulo e*

- seus aspectos econômicos*. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, 1952. (Boletim, 153).
4. DAVATZ, T. — *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. São Paulo, Martins Ed., 1941.
 5. D'AVILA, F. B. — *L'immigration au Brésil*. Rio de Janeiro, Agir, 1956.
 6. ENCICLOPÉDIA Judaica. Rio de Janeiro, Ed. Tradição, 1967.
 7. GOULART, M. — *A escravidão africana no Brasil*. São Paulo, Martins Ed., 1950.
 8. GRAHAM, D. H. & HOLLANDA FILHO, S. B. — *Migration, regional and urban growth and development in Brazil*. São Paulo, IPE, 1971. v. 1. [mimeografado]
 9. GROSSI, V. — *Storia della colonizzazione al Brasile e della imigrazione italiana nello stato di S. Paulo*. Roma, Di Albrighi, Segati & Co., 1914.
 10. HUGON, P. — *Demografia brasileira*. São Paulo, Editora Atlas, 1973.
 11. INTERNATIONAL LABOUR OFFICE — *International migration 1945-1957*. Geneva, 1959.
 12. JORDÃO NETTO, A. & BOSCO, S. H. — O imigrante espanhol em São Paulo. *Bol. Imigr. Colon.*, 1963.
 13. MARCILIO, M. L. — Crescimento populacional da população brasileira até 1872. [Apresentado à XXV Reunião Anual da SBPC, Guanabara 1973]
 14. MARQUES, J. de O. — Colonização e povoamento. *Rev. Imigr. Colon.*, 1: 222-234, 1940.
 15. MORTARA, G. — Estudos sobre a utilização do censo demográfico para a reconstrução das estatísticas do movimento da população do Brasil. V. Retificação da distribuição por idade da população natural do Brasil, constante dos censos, e cálculo de óbitos, dos nascimentos e das variações dessa população no período 1870-1920. *Rev. bras. Estat.*, 2: 39-89, 1941.
 16. MORTARA, G. — Estudos sobre a utilização do censo demográfico para a reconstrução das estatísticas do movimento da população do Brasil. VI. Sinopse da dinâmica da população do Brasil nos últimos cem anos. *Rev. bras. Estat.*, 2: 267-276, 1941.
 17. MORTARA, G. — Contribuição ao estudo da influência da imigração sobre a taxa de natalidade. *Rev. bras. Estat.*, 3: 575-584, 1942.
 18. MORTARA, G. — Os fatores demográficos do crescimento das populações americanas nos últimos cem anos. In: MORTARA, G. — *Pesquisas sobre populações americanas*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1947 p. 9-36. [Estudos brasileiros de demografia, v. 1; Monografia, 3]
 19. MORTARA, G. — Contribuição para o estudo da influência da imigração sobre a taxa de mortalidade. In: MORTARA, G. — *Pesquisas sobre populações americanas*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1947. p. 51-70. [Estudos brasileiros de demografia, v. 1; Monografia, 3]
 20. MORTARA, G. — Crescimento da população do Brasil entre 1872 e 1940. In: MORTARA, G. — *Pesquisas sobre populações americanas*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1947. p. 81-100. [Estudos brasileiros de demografia, v. 1; Monografia, 3]
 21. MORTARA, G. — Análise comparativa dos resultados dos censos brasileiros de 1900, 1920 e 1940 e determinação da mortalidade nos períodos intercensitários. In: MORTARA, G. — *Pesquisas sobre populações americanas*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1947. p. 101-14. [Estudos brasileiros de demografia, v. 1; Monografia, 3]
 22. MORTARA, G. — A prolificidade das mulheres naturais do exterior conforme o censo demográfico de 1.º de setembro de 1940. *Rev. bras. Estat.*, 9(35): 475-81, 1948.
 23. MORTARA, G. — A mortalidade da população natural do Brasil (ensaio de determinação pela comparação entre os censos de 40 e 50). *Rev. bras. Estat.*, 15(56): 313-23, 1953.

24. NERY, F. J. S. — *L'Italia al Brasile*. Parigi, 1884.
25. NOGUEIRA, A. R. — O início de imigração nipônica para a lavoura cafeeira paulista. In: CENTRO DE ESTUDOS NIPO-BRASILEIROS — *O japonês em São Paulo e no Brasil*. São Paulo, 1971.
26. NOGUEIRA, O. — *O desenvolvimento de São Paulo: imigração estrangeira e nacional e índices demográficos, sanitários e educacionais*. São Paulo, Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí, 1964.
27. PERROD, E. — *La provincia di San Paolo (Brasile)*. Roma, 1888.
28. PICCAROLO, A. — *L'emigrazione italiana nello Stati di São Paulo*. São Paulo, Liv. Magalhães, 1911.
29. ROCHE, J. — *A colonização alemã no Espírito Santo*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.
30. RODRIGUES, N. — *Os africanos no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Nacional, 1945.
31. SAITO, H. — *O japonês no Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional, 1961.
32. SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Agricultura. Departamento Estadual do Trabalho — *A imigração e as condições do trabalho em São Paulo*. São Paulo, Rothschild, 1915.
33. SILVA, O. S. — A presença de japoneses na zona Bragantina, Pará. In: CENTRO DE ESTUDOS NIPO-BRASILEIROS — *O japonês em São Paulo e no Brasil*. São Paulo, 1971. p. 168-80.
34. SMITH, T. L. — *Brazil: people and institutions*. Baton Rouge, Louisiana State University Press, 1946.
35. STEWARD, J. — *Theory of culture change*. Urbana, University of Illinois Press, 1963.
36. STEWARD, J. & FARON, L. C. — *Native peoples of South America*. New York, MacGraw Hill, 1959.
37. TSCHUDI, J. J. von — *Viagem à Província do Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo, Martins Ed., 1953.
38. UNITED NATIONS — *The determinants and consequences of population trends*. New York, 1953.
39. VIEIRA, F. I. S. — O colono japonês na frente pioneira. In: CENTRO DE ESTUDOS NIPO-BRASILEIROS — *O japonês em São Paulo e no Brasil*. São Paulo, 1971. p. 200-7.
40. VASCONCELOS, H. D. de — Alguns aspectos da imigração no Brasil. *Bol. Serv. Im. Col.*, 1(3): 5-34, 1941.
41. WAIBEL, L. — *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1958.
42. WILLEMS, E. — *Assimilação e populações marginais no Brasil: estudo sociológico dos imigrantes germânicos e seus descendentes*, São Paulo, Ed. Nacional, 1940.
43. WILLEMS, E. — *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional, 1946. [Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série V, Brasileira. 250].

ANEXO I (Tabelas)

TABELA 1

Imigrantes de 1.º estabelecimento segundo algumas nacionalidades principais, entrados no Brasil, ano a ano, de 1872 a 1972 *

Anos	Portu- gueses	Italia- nos	Espa- nhóis	Ale- mães	Japo- neses	Outras nacio- lidades	Total de estrangeiros
1872	12918	1808	727	1103	—	2663	19219
1873	1310	—	—	1082	—	12350	14742
1874	6644	5	—	1435	—	12248	20332
1875	3692	1171	39	1308	—	8380	14590
1876	7421	6820	763	3530	—	12213	30747
1877	7965	13582	23	2310	—	5588	29468
1878	6236	11836	929	1535	—	3920	24456
1879	8841	10245	911	2022	—	764	22783
1872/1879	55027	45467	3392	14325	—	58126	176337
	31.21	25.78	1.92	8.12	—	32.96	100.00
1880	12101	12936	1275	2385	—	1658	30355
1881	3144	2705	2677	1851	—	1171	11548
1882	10621	12428	3961	1804	—	775	29587
1883	12509	15724	2660	2348	—	774	34015
1884	8683	10502	710	1719	—	1960	23574
1885	7611	21765	952	2848	—	1548	34724
1886	6287	20430	1617	2114	—	2202	32650
1887	10205	40157	1766	1147	—	1657	54932
1888	18289	104353	4736	782	—	3910	132070
1889	15240	36124	9712	1903	—	2156	65165
1880/1889	104690	277124	30066	18901	—	17841	448622
	23.34	61.77	6.70	4.21	—	3.98	100.00
1890	25174	31275	12008	4812	—	33550	106819
1891	32349	132326	22146	5285	—	23133	215239
1892	17797	55049	10471	800	—	1789	85906
1893	28986	58552	38998	1368	—	4685	132589
1894	17041	34872	5986	790	—	1493	60182
1895	36055	97344	17641	973	—	12818	164831
1896	22299	96505	24154	1070	—	13395	157423
1897	15558	104510	19466	930	—	6402	144866
1898	15105	49086	8024	535	—	4112	76862
1899	10959	30846	5399	521	—	5855	53610
1890/1899	219353	690365	164293	17084	—	107232	1198327
	18.30	57.61	13.71	1.43	—	8.95	100.00
1900	8250	19671	4834	217	—	4835	37507
1901	11261	59869	212	1166	—	11808	83116
1902	11606	32111	3588	265	—	2902	50472
1903	11378	12970	4466	1231	—	2896	32941
1904	17318	12857	10046	797	—	3688	44706
1905	20181	17360	25329	650	—	4968	68488
1906	21706	20777	24441	1333	—	4075	72332
1907	25681	18238	9235	845	—	3920	57919
1908	37628	13873	14862	2931	830	20412	90536
1909	30577	13668	16219	5413	31	18182	84090
1900/1909	195586	221394	113232	13848	861	77486	622407
	31.42	35.57	18.19	2.22	0.14	12.45	100.00

TABELA 1 (continuação)

Anos	Portu- gueses	Italia- nos	Espa- nhóis	Ale- mães	Japo- neses	Outras nacio- lidades	Total de estrangeiros
1910	30857	14163	20843	3902	948	16038	86751
1911	47493	22914	27141	4251	28	31748	133575
1912	76530	31785	35492	5733	2909	25438	177887
1913	76701	30886	41064	8004	7122	26556	190333
1914	27935	15542	18945	2811	3675	10324	79232
1915	15118	5779	5895	169	65	3307	30333
1916	11981	5340	10306	364	165	3089	31245
1917	6817	5478	11113	201	3899	2769	30277
1918	7981	1050	4225	1	5599	937	19793
1919	17068	5231	6627	466	3022	3613	36027
1910/1919	318481	138168	181651	25902	27432	123819	815453
	39,06	16,94	22,28	3,18	3,36	15,18	100,00
1920	33883	10005	9136	4120	1013	10885	69042
1921	19981	10779	9523	7915	840	9438	58476
1922	28622	11277	8869	5038	1225	9976	65007
1923	31866	15839	10140	8254	895	17555	84549
1924	23267	13844	7238	22168	2673	26862	96052
1925	21508	9846	10062	7175	6330	27626	82547
1926	38791	11977	8892	7674	8407	42945	118686
1927	31236	12487	9070	4878	9084	31219	97974
1928	33882	5493	4436	4228	11169	18920	78128
1929	38879	5288	4565	4351	16648	26455	96186
1920/1929	301915	106835	81931	75801	58284	221881	846647
	35,66	12,62	9,68	2,95	6,88	26,21	100,00
1930	18740	4253	3218	4180	14076	18143	62610
1931	8152	2914	1784	2621	5632	6362	27465
1932	8499	2155	1447	2273	11678	5442	31494
1933	10695	1920	1693	2180	24494	5099	46081
1934	8732	2507	1429	3629	21930	7800	46027
1935	9327	2127	1206	2423	9611	4891	29585
1936	4626	462	355	1226	3306	2798	12773
1937	11417	2946	1150	4642	4557	9965	34677
1938	7435	1882	290	2348	2524	4909	19388
1939	15120	1004	174	1975	1414	2981	22668
1930/1939	102743	22170	12746	27497	99222	68390	332768
	30,88	6,66	3,83	8,26	29,82	20,55	100,00
1940	11737	411	409	1155	1268	3469	18449
1941	5777	89	125	453	1548	1946	9938
1942	1317	3	37	9	—	1059	2425
1943	146	1	9	2	—	1150	1308
1944	419	3	30	—	—	1141	1593
1945	1414	180	74	22	—	1478	3168
1946	6342	1059	203	174	6	5255	13039
1947	8921	3284	653	561	1	5333	18753
1948	2751	4437	965	2308	1	11106	21568
1949	6780	6352	2197	2123	4	6388	23844
1940/1949	45604	15819	4702	6807	2828	38325	114085
	39,97	13,87	4,52	5,97	2,48	33,59	100,00

TABELA 1 (continuação)

Anos	Portu- gueses	Italia- nos	Espa- nhóis	Ale- mães	Japo- neses	Outras nacio- nalidades	Total de estrangeiros
1950	14739	7342	3808	2725	33	6845	35492
1951	28731	8285	9636	2858	106	12978	62594
1952	40561	15254	14082	2326	261	12236	84720
1953	30675	16379	17010	2149	1255	12602	80070
1954	30062	13408	11338	1952	3119	12369	72248
1955	21264	8945	10738	1122	4051	9046	55166
1956	16803	6069	7921	844	4912	8257	44806
1957	19471	7197	7680	952	6147	12166	53613
1958	21928	4819	5768	825	6586	9913	49839
1959	17345	4233	6712	890	7123	8217	44520
1950/1959	241579	91931	94693	16643	33593	104629	583068
	41,43	15,77	16,24	2,85	5,76	17,94	100,00
1960	13105	3431	7662	842	7746	7721	40507
1961	15819	2493	9813	703	6824	7937	43589
1962	13713	1900	4968	651	3257	6649	31138
1963	11585	867	2436	601	2124	6246	23859
1964	4249	476	616	323	1138	3193	9995
1965	3262	642	550	365	903	4116	9838
1966	2708	643	469	377	937	3041	8175
1967	3838	747	572	550	1070	4575	11352
1968	3917	738	743	723	597	5803	12521
1969	1933	477	568	524	496	2615	6613
1960/1969	74129	12414	28397	5659	25092	51896	197587
	37,52	6,28	14,37	2,86	12,70	26,26	100,00
1970	1773	357	546	535	435	3241	6887
1971	807	254	281	354	260	4422	6378
1972 **	493	193	122	161	—	1354	2323
1970/1972	3073	804	949	1050	695	9017	15558
Total							
1872 a 1972	1662180	1622491	716052	223517	248007	878642	535089
	31,06	30,32	13,38	4,18	4,63	16,42	100,00

* Dados censitários para o total das populações. O total do censo de 1970, é o dado pela Sinopse.

** Até a data de 31 de agosto de 1972.

Fonte: Para as entradas de estrangeiros no país:

- 1) de 1872 a 1883 os dados foram colhidos da tabela: "Movimento imigratório no Brasil de 1820 a 1907" do *Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908*², p. 82-85. A proveniência é de diversas fontes, conforme citado na referida tabela.
- 2) De 1884 a 1953, utilizou-se os dados da tabela: Imigrantes entrados no país, segundo as principais nacionalidades — 1884/1953; do *Anuário Estatístico do Brasil de 1954*, p. 49.
- 3) Os dados de 1954 a 1967 foram obtidos de vários *Anuários Estatísticos do Brasil*, das tabelas: Migrantes entrados no país por nacionalidade.
- 4) Os dados de 1968 até 31 de agosto de 1972 foram obtidos diretamente na Divisão Nacional de Migração, Dept.º Nacional de Mão de Obra, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, no 1.º semestre de 1973.

Nota: na data de cada censo, utilizou-se apenas a metade do número de imigrantes entrados nesse ano.

TABELA 2

Entrada de estrangeiros no Brasil segundo as principais nacionalidades pelos 4 períodos constituídos

Nacionalidade \ Períodos	Portu- gueses	Italia- nos	Espa- nhóis	Ale- mães	Japo- neses	Outras nacio- lidades	Total de imigrantes
Total do 1.º período							
1820 a 1876	160119	16562	2901	45419	—	125116	350117
1877-1886	83998	132153	15715	20936	—	20360	273162
1887-1903	305582	995620	193607	22795	—	137226	1654830
Total do 2.º período	389580	1127773	209322	43731	—	157586	1927992
1904-1914	412607	212063	243617	36670	15543	165349	1085849
1915-1918	41897	17647	31539	753	9728	10102	111648
1919-1930	337723	116319	91776	80447	75382	243637	945284
Total do 3.º período	792227	346029	366932	117852	100653	419088	2142781
1931-1940	95740	18328	9937	24472	86414	53716	288607
1941-1945	9073	276	275	486	1548	6774	18432
1946-1963	320595	115754	123590	24606	53556	161264	799365
Total do 4.º período	425408	134358	133802	49564	141518	221754	1106404
1964 a 31/8/72	22980	4527	4467	3912	5836	32360	74082

TABELA 3

População de estrangeiros e do Brasil, para os censos de 1872, 1890, 1900, 1920, 1940 a 1950, 1960 e 1970 por Estados. Percentagem de estrangeiros em cada censo, da população de estrangeiros do Brasil e da população do Estado

ESTADOS	1 8 7 2		1 8 9 0		1 9 0 0		1 9 2 0		1 9 4 0		1 9 5 0		1 9 6 0		1 9 7 0	
	Pop. total	% de es- trangeiros	Pop. total	% de es- trangeiros	Pop. total	% de es- trangeiros	Pop. total	% de es- trangeiros	Pop. total	% de es- trangeiros	Pop. total	% de es- trangeiros	Pop. total	% de es- trangeiros	Pop. total	% de es- trangeiros
ALAGOAS	348009	3718	511440	556	642273	838	978748	693	951322	511	1033137	421	1588109	524	1588109	0,04
AMAZONAS	57610	2199	147915	3277	249756	1882	363160	16936	438208	7441	514099	5192	955235	3701	955235	0,30
BAHIA	1379616	22397	1019802	26776	2117956	6071	3334465	10600	3913112	9207	4834575	8224	7493470	9685	7493470	0,79
CEARÁ	721686	1592	805687	534	842127	859	1312228	601	2232322	1372	2695450	1206	458740*	1428	458740*	0,13
GUANABARA	274972	84283	522651	124352	811443	195894	1157873	239123	1784441	228633	2377451	210454	4251918	225933	4251918	18,38
E. SANTO	82137	4191	135997	3074	209783	21420	457329	13754	750107	10943	861562	6507	1599333	3204	1599333	5,31
GOIÁS	160395	367	227572	62	255284	86	511919	1694	826414	2507	1214921	3667	2938677	5653	2938677	0,26
MARANHÃO	360640	5247	430854	606	499309	939	874337	1586	1235169	1288	1583248	1008	2992688	1070	2992688	0,46
MATO GROSSO	60417	1669	92827	958	118025	11167	246612	25321	432265	23207	522044	19753	1597090	24937	1597090	0,09
M. GERAIS	2102689	46900	3184099	46787	3594471	91593	5888174	85705	6736416	45546	7717792	32896	11487415	25321	11487415	2,02
PARÁ	275237	6529	328455	4039	445356	2201	983507	27083	946444	11074	1123273	8215	2167018	8866	2167018	0,72
PARAIBA	376226	843	457232	180	490784	345	961106	602	1422282	671	1713259	516	2382617	592	2382617	0,41
PARANÁ	126722	3627	249491	5153	327136	39786	685711	62753	1286276	66853	2115547	76592	6929868	80491	6929868	0,05
PERNAMBUCO	841533	13444	1030224	2690	1178150	4240	2154835	11698	2688240	6720	3395185	5551	5160640	6386	5160640	0,52
PIAUI	211822	653	267609	19	334328	97	609003	306	815601	285	1045696	258	1680573	270	1680573	0,12
R. DE JANEIRO	819604	98899	876884	16140	926035	50578	1559371	50831	1847857	38734	2297194	38395	4742884	57809	4742884	4,70
R. G. NORTE	233979	997	268273	152	274317	179	537135	327	788018	451	967921	453	1550244	389	1550244	1,22
R. G. SUL	446962	41725	897455	34765	1149070	135099	2102713	151025	3320569	103470	4164821	78133	6664891	51079	6664891	0,03
STA. CATARINA	159802	15974	283769	6198	320289	29550	668743	31243	1179340	27201	1566902	19057	2901734	10188	2901734	0,77
SÃO PAULO	837354	29622	1384753	75030	282279	478417	4592188	828631	7183216	814102	9134423	693321	17772948	703526	17772948	0,83
SERGIPE	234643	2583	310926	197	352584	270	477064	397	542326	290	644351	184	900744	250	900744	57,24
ACRE																3,96
Fernando Nor. AMAPÁ																0,02
GUAPORÉ																0,03
RIO BRANCO																0,06
S. dos Almores																0,48
BRASIL	10112061	380459	14333915	351545	17438434	1074511	30636608	1565991	41169321	1406342	51944397	1214184	93139037	1229128	93139037	100,00

Fontes:

— Para os censos de 1872, 1890, 1900 os dados sobre a população estrangeira e nacional para os Estados foram colhidos do volume *Introdução*, do censo de 1920. Os de 1920 da sinopse desse censo. Corrigiu-se a população do então Distrito Federal, a partir da sinopse de 1940, utilizando-se o censo de 1906.

— Para 1940, 1950 e 1970 os dados foram tirados do volume relativo a cada Estado. As informações relativas ao censo de 60 foram tiradas dos volumes estaduais, para os estados que tem seus censos publicados.

— Na população estrangeira encontram-se incluídos também brasileiros naturalizados. Nos censos de 1872 e 1890, aí também se incluem os de nacionalidade ignorada, por não ser possível sepa-

rá-los. Nos outros censos de 1900 e 1920 não se incluiu os de nacionalidade ignorada por não se possível saber se a referência era a nacionalidade estrangeira ignorada ou simplesmente "nacional" ignorado. Resolveu-se então não incluí-los na população estrangeira, e sim na população total do Brasil.

Até 1960 as informações são referentes a população presente. Em 1970 se referem a população residente.

* Estes dados referem-se à Brasília.

TABELA 4

População estrangeira e brasileira naturalizada, por Estados, segundo algumas nacionalidades no censo de 1920 *

Estados	Portu- gal	Itália	Espa- nha	Ale- manha	Japão	Outros	Total
Alagoas	237	134	38	34	—	250	693
Amazonas	7615	726	986	72	32	7505	16936
Bahia	3345	1448	2489	398	7	2913	10600
Ceará	296	105	23	18	2	457	901
Distrito Federal	172338	21929	18221	2885	244	23512	239129
Espírito Santo	1728	12553	1055	1308	1	2109	18754
Goiás	304	268	192	66	—	864	1694
Maranhão	625	108	65	12	—	776	1586
Mato Grosso	1310	810	570	117	514	22000	25321
Minas Gerais	18228	42943	6809	1710	1923	14092	85705
Pará	14211	1114	3355	163	3	3237	22083
Paraíba	131	207	13	48	—	203	602
Paraná	1808	9046	1817	4738	701	44643	62753
Pernambuco	4809	756	1014	1550	6	3563	11698
Piauí	66	37	5	3	—	215	326
Rio de Janeiro	28661	10000	4900	898	69	6303	50831
R. G. Norte	81	91	19	25	—	111	327
R. G. Sul	9324	49136	5359	16952	13	70241	151025
Santa Catarina	506	8062	806	10758	—	11111	31243
São Paulo	167198	398797	171289	11060	24435	57072	829851
Sergipe	125	79	20	45	—	128	397
Acre	631	56	97	10	26	2686	3506
Brasil	433577	558405	219142	52870	27976	273991	1565961

* Não se acham computadas 24.417 pessoas de nacionalidade ignorada, ou que se ignorava a nacionalidade.

TABELA 5

População de naturalidade estrangeira por Estados, segundo algumas nacionalidades no censo de 1940

Estados	Portu- gal	Itália	Espa- nha	Ale- manha	Japão	Outros	Total
Alagoas	162	52	28	46	—	223	511
Amazonas	3090	366	349	71	305	3260	7441
Bahia	1912	950	2115	584	39	2407	8007
Ceará	340	228	63	158	4	579	1372
Distrito Federal	154662	17457	12212	10185	538	33579	228633
Espirito Santo	1278	6670	564	746	21	1664	10943
Goiás	293	348	190	332	180	1164	2507
Maranhão	511	73	40	26	21	617	1288
Mato Grosso	1015	573	358	454	1128	19679	23207
Minas Gerais	9310	18819	3199	2263	893	11062	45546
Pará	6013	587	1146	202	467	2659	11074
Paraíba	104	130	6	124	23	284	671
Paraná	3451	8456	3719	13108	8064	29855	66653
Pernambuco	3048	606	226	689	24	2127	6620
Piauí	37	23	11	25	—	189	285
Rio de Janeiro	21663	5311	2589	2211	380	6580	38734
G. G. Norte	98	48	12	40	—	253	451
R. G. Sul	7167	24603	3208	18120	204	56168	109470
Santa Catarina	409	5382	208	13140	5	8057	27201
São Paulo	165542	234550	130274	34490	132216	117030	814102
Sergipe	44	31	14	55	5	141	290
Acre	167	20	20	22	6	1001	1236
Amapá	—	—	—	—	—	—	—
Guaporé	—	—	—	—	—	—	—
Rio Branco	—	—	—	—	—	—	—
Brasil	380316	325253	160551	97091	144523	298578	1406342

TABELA 6

População de naturalidade estrangeira por Estados, segundo algumas nacionalidades no censo de 1950

Estados	Portu- gal	Itália	Espa- nha	Ale- manha	Japão	Outros	Total
Alagoas	131	51	31	40	1	167	421
Amazonas	2019	292	223	26	201	2431	5192
Bahia	1531	924	2509	430	70	2760	8224
Ceará	276	157	56	89	—	628	1206
Distrito Federal	133905	17092	10814	8046	392	40205	210454
Espírito Santo	789	3827	315	325	2	1249	6507
Goiás	317	393	217	382	397	1961	3667
Maranhão	385	63	51	17	21	471	1008
Mato Grosso	728	454	257	281	1172	16861	19753
Minas Gerais	6472	11704	2126	1532	917	10145	32896
Pará	4438	405	837	132	421	1982	8215
Paraíba	97	106	15	115	4	179	516
Paraná	4615	10276	6683	7190	15393	32435	76592
Pernambuco	2308	523	187	500	12	2023	5553
Piauí	40	23	23	5	—	167	258
Rio de Janeiro	21165	4171	2073	2096	1086	7804	38395
R. G. Norte	73	84	10	28	—	258	453
R. G. Sul	5667	15003	2249	11967	168	43084	78138
Santa Catarina	318	2996	208	8054	13	7478	19067
São Paulo	151320	173652	102671	24473	108912	132293	693321
Sergipe	30	16	6	42	2	88	184
Acre	99	21	10	16	7	991	1144
Amapá	41	14	18	4	1	426	504
Guaporé	60	11	11	6	—	2006	2094
Rio Branco	13	21	—	2	—	176	212
Brasil	336837	242279	131600	65798	129192	308268	1213974

Nota: Foi excluída a população estrangeira da Serra dos Aimorés, por não haver informação sobre a nacionalidade delas (210 pessoas).

TABELA 7

População de naturalidade estrangeira por Estados, segundo algumas nacionalidades no censo de 1970

Estados	Portu- gal	Itália	Espa- nha	Ale- manha	Japão	Outras	Total estrangei- ros
Alagoas	139	44	31	39	23	248	524
Amazonas	1064	216	125	32	681	1583	3701
Bahia	1586	1110	3225	367	665	2732	9685
Ceará	200	86	70	92	76	905	1429
Brasília	875	330	447	150	833	1949	4584
Espírito Santo	525	1047	173	203	30	1226	3204
Goiás	634	621	316	205	668	3119	5653
Maranhão	240	191	35	47	116	441	1070
Mato Grosso	956	558	576	321	3466	19060	24937
Minas Gerais	5156	5227	1996	1321	1406	10215	25321
Pará	3030	363	312	120	3349	1692	8866
Paraíba	78	60	18	62	52	322	592
Paraná	9120	7523	7343	6272	20644	29589	80491
Pernambuco	2402	639	249	510	403	2183	6386
Piauí	29	20	32	28	5	156	270
Rio de Janeiro	38349	3849	3681	1967	1451	8512	57809
R. G. Norte	52	34	16	15	55	217	389
R. G. Sul	5189	6221	2366	6972	1619	28712	51079
Santa Catarina	341	872	163	4539	271	4002	10188
São Paulo	214021	108633	94477	23082	116566	146747	703526
Sergipe	44	15	13	27	7	144	250
Acre	29	39	5	18	22	591	704
Amapá	40	37	9	1	102	206	395
Guaporé	48	24	11	9	87	1658	1837
Rio Branco	2	35	3	2	23	234	299
Guanabara	153834	15007	14430	5237	1380	36045	225933
Brasil	437983	152801	130122	51728	154000	302488	1229122

Nota: Não foram incluídos 6 estrangeiros do território de Fernando de Noronha, por não se conhecer a nacionalidade.

TABELA 8

Migrantes entrados no Brasil (de 1872) e em São Paulo (de 1878) até 1972, por quinquênios e segundo 5 grupos nacionais. Proporção de São Paulo no total

Período	Português			Italianos			Espanhóis			Japoneses			Alemães, outros inclusive sem nacionalidade específica			Total		
	p/o Brasil	p/ São Paulo	% do total p/S.P.	p/o Brasil	p/ São Paulo	% do total p/S.P.	p/o Brasil	p/ São Paulo	% do total p/S.P.	p/o Brasil	p/ São Paulo	% do total p/S.P.	p/o Brasil	p/ São Paulo	% do total p/S.P.	p/o Brasil	p/ São Paulo	% do total p/S.P.
1872-1877	39950	—	—	23386	—	—	1552	—	—	—	—	—	64210	—	—	129098	—	—
1878-1881	30322	—	—	37722	—	—	5792	—	—	—	—	—	15306	—	—	89142	6846	7,68
1882-1884	31813	4210	13,23	38654	7077	18,31	7331	694	9,47	—	—	—	9380	553	5,90	87178	12534	14,38
1885-1889	57632	18486	32,08	222829	137367	61,65	18783	4843	25,78	—	—	—	20297	6968	34,33	319541	167664	52,47
1890-1894	121347	30752	25,34	312074	210910	67,58	89609	42316	47,22	—	—	—	77705	35754	46,01	600735	319732	53,22
1895-1899	98006	28259	28,83	378291	219333	57,98	74684	44678	59,82	—	—	—	46611	122983	263,85	597592	415253	69,49
1900-1904	59813	18530	30,98	137478	111039	80,77	23146	18842	81,40	—	—	—	28605	22884	80,00	249042	171295	68,78
1905-1909	135773	38567	28,41	83916	63595	75,78	90086	69682	77,35	861	825	95,82	62729	23870	38,05	373365	196539	52,64
1910-1914	259516	111491	42,96	115290	88692	76,93	143485	108154	75,38	14682	14465	98,52	134805	40096	29,74	667778	362898	54,34
1872/1914	732087	246085	33,61	1249878	830936	66,48	439793	288515	65,60	15290	15290	98,37	370752	252555	68,12	2808053	1633381	58,17
1915-1919	58965	21191	35,94	22878	17142	74,93	38166	27172	71,19	12750	12649	99,21	14916	5530	37,07	147675	83684	56,67
1920-1924	137619	48200	35,02	61744	45306	73,38	44906	36502	81,29	51638	50573	97,94	122211	60713	49,68	373126	197312	52,88
1925-1929	164296	65166	39,66	45091	29472	65,36	37025	27312	73,77	77810	76527	98,35	312598	183661	58,75	473521	289941	61,23
1915/1929	360880	134557	37,29	129713	91920	70,86	120097	90886	75,76	5096	5096	100,00	14916	5530	37,07	147675	83684	56,67
1930-1934	54818	17015	31,04	13749	6946	50,52	9571	4876	50,95	77810	76527	98,35	175471	117418	66,92	473521	289941	61,23
1935-1939	47925	19289	40,21	3421	5483	65,11	3175	1708	53,80	21412	25141	117,42	38158	17524	45,92	119091	69125	58,04
1940-1944	19396	6671	34,39	507	307	60,55	610	181	29,67	2816	2945	104,58	10384	2660	25,62	33713	12764	37,86
1945-1949	26208	11443	43,66	15312	9212	60,16	4092	1136	27,76	12	1	8,33	34748	19436	55,93	80372	41228	51,30
1950-1954	144768	70806	48,91	60668	50435	83,13	55874	34256	61,31	4774	2671	55,95	69040	39874	57,75	335124	198042	59,10
1955-1959	96811	48347	49,94	31263	24693	78,98	38819	28040	72,23	28819	25912	89,91	52232	39969	76,52	247944	166961	67,34
1960-1964	58471	14986	25,63	9167	4377	47,75	25495	12924	50,69	21089	11136	52,80	34866	9791	28,08	149088	53214	35,69
1965-1969	15658	—	—	3247	412	12,69	2902	86	2,96	4003	108	2,70	22689	183	0,81	48499	789	1,63
1970-1972 *	3073	—	—	804	59	7,34	949	177	18,65	695	—	—	10067	182	1,81	15588	418	2,68
1930/1972	467128	188537	40,36	143138	101924	71,21	141487	83884	58,93	161430	144441	89,48	329913	153154	46,42	1243096	671440	54,01
1872/1972	1560095	569179	36,48	1522729	1024780	67,30	701377	462885	66,00	248007	229544	92,56	1013263	589370	58,17	5045471	2875758	57,00

* Para o Estado de São Paulo até 1971; e para o Brasil até agosto de 1972.

Fontes: Os dados para o Brasil foram obtidos conforme explicitado na Tabela I.

Os dados para São Paulo:

- 1) De 1878 a 1881 — dados fornecidos pelo então Secretário de Agricultura da Província de São Paulo, Sr. Eugenio Lefèvre (GROSSI²).
- 2) De 1882 a 1884 — do Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo, pela Comissão Central de Estatística, S. Paulo, Typographia King, 1887.
- 3) De 1885 a 1959 — de uma tabela mimeografada gentilmente cedida pelo DIC.
- 4) De 1960 a 1961 — de NOGUEIRA³.
- 5) De 1962 a 1971 — calculados de páginas datilografadas da seção de Alojamento do DIC.

TABELA 9

Mortalidade dos brasileiros natos e dos estrangeiros por períodos quinquenais, de 1.º-XI-1870 a 31-VIII-1920 *

Período (1.º-IX-31-VIII) (a)	População média		Óbitos		Por mil habitantes proporção média dos óbitos	
	Brasileiros natos (milhares) (b)	Estrangeiros (milhares) (c)	Brasileiros natos (milhares) (d)	Estrangeiros (milhares) (e)	Brasileiros natos (f)	Estrangeiros (g)
1870-1875	9798	379	1534,4	50,7	31,32	26,02
1875-1880	10697	427	1623,8	55,0	30,36	25,76
1880-1885	11752	474	1719,3	60,1	29,26	25,33
1885-1890	12984	548	1825,7	68,1	28,12	24,84
1890-1895	14437	800	1948,2	97,2	26,99	24,31
1895-1900	16186	1125	2091,6	133,5	25,84	23,73
1900-1905	18293	1290	2261,1	149,2	24,72	23,13
1905-1910	20798	1375	2461,5	155,2	23,67	22,57
1910-1915	23747	1485	2697,9	163,8	22,72	22,06
1915-1920	27192	1570	2975,2	169,8	21,88	21,63
1870-1920	16588	948	21138,7	1102,6	25,49	23,26

* Transcrita de MORTARA ¹⁶, p. 270.

Nota: (f), (g) Razões (× 1000) entre os dados das colunas (d), (e) e os das (b) e (c).

TABELA 10

Natalidade e mortalidade no Brasil, por períodos quinquenais *

Períodos (1.º-IX-31-VIII) (a)	População média (milhares) (b)	Nascimentos (milhares) (c)	Óbitos (milha- res) (d)	Excedente de nascimentos (milhares) (e)	Proporções médias anuais, por mil habitantes		
					dos nasci- mentos (f)	dos óbitos (g)	do excede- nte de nasci- mentos (h)
1870-1875	10187	2360	1585	775	46,33	31,12	15,21
1875-1880	11124	2595	1679	916	46,66	30,19	16,47
1880-1885	12226	2859	1779	1080	46,77	29,10	17,67
1885-1890	13532	3150	1894	1256	46,55	28,00	18,55
1890-1895	15237	3529	2045	1484	46,32	26,84	19,48
1895-1900	17311	4010	2225	1785	46,33	25,71	20,62
1900-1905	19583	4556	2410	2146	46,53	24,61	21,92
1905-1910	22173	5176	2617	2559	46,69	23,61	23,08
1910-1915	25232	5881	2862	3019	46,61	22,69	23,92
1915-1920	28762	6682	3145	3537	46,46	21,87	24,59
1870-1920	17537	40798	22241	18557	46,53	25,37	21,16

* Transcrito de MORTARA ¹⁶, p. 272.

Nota: (f), (g) (h) Razões (× 1000) entre os dados das colunas (c), (d), (e) e os da (b).

TABELA 11

Análise do crescimento da população do Brasil no período 1840-1940 *

Período (1.º-IV- 31-VIII)	Crescimento da população			Crescimento médio anual por mil habitantes			Porcentagem do crescimento por imigrações no total
	Por excedente de nascimentos (milhares)	Por excedente de imigrações (milhares)	Total (milha- res)	Por excedente de nasci- mentos	Por excedente de imigra- ções	Total	
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)
1840-1870	3346	230	3576	14,23	0,98	15,21	6,4
1870-1890	4027	457	4484	17,11	1,94	19,05	10,2
1890-1920	14530	1859	16389	22,65	2,90	25,55	11,3
1920-1940	14245	720	14965	18,97	0,96	19,93	4,8
1840-1940	36148	3266	39414	19,40	1,75	21,15	8,3

Transcrito de MORTARA ¹⁰, p. 272.

Nota: A população inicial do século considerado na tabela era, segundo a nossa avaliação, de 6184000, em 1.º de setembro de 1840; a população final é de 45600000, em 1.º de setembro de 1940 (avaliação provisória que deverá ser substituída pela cifra constante do censo).

Obs.: Convém notar que a população de 1940 é estimada, e não a do censo, por não existirem ainda os dados naquela oportunidade. MORTARA (F.G.V., cap. 6, 1947, pág. 114) diz serem as taxas de mortalidade assim calculadas inferiores às efetivas, ao comparar com os dados reais do censo de 40.

TABELA 12

Índice de emigração, segundo as principais nacionalidades analisadas

Nacionalidades		(1.º per.)	(2.º per.)	(3.º per.)	(4.º per.)
		De 1872 até 1920	de 1920 até 1940	de 1940 a 1950	de 1950 a 1970
Portuguesa	Ir	2,10	1,03	0,14	0,71
	Ir acumulado	2,10	3,43	4,01	3,79
	taxa anual de emigração	0,04	0,05	0,014	0,04
Italiana	Ir	2,47	0,38	0,08	0,66
	Ir acumulado	2,47	4,62	6,28	10,61
	taxa anual de emigração	0,05	0,02	0,008	0,03
Espanhola	Ir	2,27	0,56	0,05	0,93
	Ir acumulado	2,27	3,66	4,51	5,50
	taxa anual de emigração	0,05	0,03	0,005	0,05
Alemã	Ir	1,74	1,05	0,12	0,41
	Ir acumulado	1,74	2,00	3,06	4,31
	taxa anual de emigração	0,04	0,05	0,012	0,02
Japonesa	Ir	1,03	1,09	0,02	0,38
	Ir acumulado	1,03	1,29	1,46	1,69
	taxa anual de emigração	0,02	0,06	0,002	0,02
Outras nacionalidades	Ir	1,42	0,96	0,13	0,51
	Ir acumulado	1,42	2,27	2,32	2,88
	taxa anual de emigração	0,03	0,05	0,013	0,03
Total	Ir	2,10	0,82	0,10	0,62
	Ir acumulado	2,10	3,16	3,77	4,34
	taxa anual de emigração	0,04	0,04	0,01	0,03

Nota: A informação censitária só aparece do censo de 1920 em diante, contudo não há dados publicados a esse respeito para o censo de 1960. Convém também lembrar que a imigração japonesa só se iniciou em 1908.

ANEXO II

FONTES DOS DADOS — QUANTO AOS DADOS DE IMIGRANTES ENTRADOS NO PAÍS

1. ANUÁRIOS

Os Anuários Estatísticos publicam ano a ano a entrada de estrangeiros no país, seja em caráter permanente ou temporário. Em certos períodos usam essa especificação, em outros, não.

Há porém alguns anuários que apresentam dados retrospectivos como é o caso do de 1948 e o de 1954, pelas nacionalidades que mais contribuíram. Os dados aqui utilizados para o Brasil, de 1884 a 1954 provém desses anuários. Os anteriores a esses foram coletados da Tabela sobre o movimento de imigração de 1820 a 1907 do Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908² (p. 82-85). Os posteriores a 1954 até 1967 foram tirados de vários anuários. De 1968 a 1972 (até 31-8-1972) foram copiados diretamente dos resumos, da Divisão Nacional de Migração do Departamento Nacional de Mão de Obra, Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Segundo MACHADO* os estrangeiros podem entrar em território nacional classificado como “permanentes” ou “temporários”.

São *permanentes* aqueles que pretendem fixar-se no Brasil ou aqui permanecer por mais de 6 meses. Os *temporários*, classificados em 3 categorias:

- 1) Turistas, viajantes em geral, cientistas, conferencistas, etc. cujo prazo de permanência é de 6 meses.
- 2) Representantes de firmas comerciais em viagem de negócios.
- 3) Artistas, desportistas, congêneres.

Os permanentes que quiserem se ausentar, por prazo não superior a 2 anos, uma vez entrados legalmente poderão regressar mediante simples autorização da polícia — o visto de retorno (MACHADO*, p. 76).

Além dessa condição de visto de retorno (que por vezes é informado no anuário) os imigrantes entram com a classificação de primeiro estabelecimento, e uma terceira que são outras condições, que não essas duas primeiras mencionadas.

Os imigrantes de primeiro estabelecimento são aqueles que vieram diretamente do local de origem. Esse é o dado que utilizamos em nossas tabelas, o que indica que o número real poderá ser maior, mas dificilmente menor.

Os anuários, por vezes, só colocam “entrada”, “saída”, “saldo” e aí estão incluídos permanentes e temporários. As entradas e saídas são a do ano em consideração, porém o saldo muitas vezes é negativo, porque inclui saídas de pessoas que já haviam entrado há mais de um ano.

Nos anuários com datas mais próximas ao tempo de maior contingente imigratório, há ainda uma série de informações: O cruzamento das principais nacionalidades com: sexo, idade (0 a 1; 7 a 11; 12 a 17; 18 a 59; 60 e +), tipo de ocupação, alfabetização, e religião.

2. QUANTO AOS CENSOS

No que se refere a população estrangeira e brasileira naturalizada, conforme nota-se, na Tabela 3, são utilizadas até 1960, como base, a população presente. Em 1970 essa é a população residente.

* MACHADO, D. P. — Permanência de estrangeiros entrados como temporários. *Rev. Imig. e Coloniz.*, 1(1): 59-68, 1940.

Nos dados censitários sempre foram somados estrangeiros e brasileiros naturalizados, e incluídos na categoria “estrangeiros”.

Aqueles de nacionalidade ignorada, foram sempre excluídos da população estrangeira, pois nos dois primeiros censos não fica claro se era nacionalidade estrangeira ignorada ou simplesmente nacionalidade ignorada. Estes foram incluídos na população total dos Estados e do Brasil (Tabela 3).

O número de população ignorada só é realmente muito alto no censo de 1900 (204552). Ainda assim, constitui apenas 0,01% da população total do Brasil.

3. ÓRGÃOS QUE FORNECERAM E/OU FORNECEM OS DADOS SOBRE O NÚMERO DOS IMIGRANTES ENTRADOS, E OUTRAS VARIÁVEIS A ELAS LIGADAS, NO NÍVEL NACIONAL

- 1) De 1872 a 1889: relatórios do Ministério dos Negócios do Império.
- 2) Departamento Nacional de Imigração e Colonização (DNIC).
- 3) Conselho de Imigração e Colonização.
- 4) Divisão de Terras e Colonização.
- 5) Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC).
- 6) Superintendência de Política Agrária (SUPRA).
- 7) Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA).
- 8) Departamento Nacional de Mão de Obra, Divisão Nacional de Imigração.
- 9) Itamaraty, Ministério das Relações Exteriores.

Hoje, há informações a respeito de estrangeiros em:

- Ministério das Relações Exteriores — Itamaraty
- Ministério da Justiça — Delegacia de Estrangeiros e também Secção de Documentação
- Ministério da Agricultura — INCRA — no que diz respeito a colonização
- Ministério do Trabalho e Previdência Social — Departamento Nacional de Mão de Obra, Divisão Nacional de Imigração.

As informações referentes às saídas estariam em mãos do *Serviço de Registro de Estrangeiro*, pertencente ao Ministério da Justiça.

Existem ainda instituições que possuem algumas informações com respeito a imigrantes. É o caso do Comitê Intergovernamental para a Migração Européia (CIME), e do JAMIC, análogo, porém com referência a Migração japonesa.

No que diz respeito aos dados para o Estado de São Paulo, os de 1885 a 1971 são fornecidos pelo atual Departamento de Imigração e Colonização (DIC, ex-DTIC). Não há compilação de dados para 1972. O DIC recebe imigrantes pela via férrea, vindo de Santos ou do Rio de Janeiro.

O DIC começou a funcionar em 1885, e provavelmente até logo após a guerra, poucos eram os imigrantes que não passaram por sua hospedaria. De 1962 até hoje, o DIC só recebe imigrantes através do CIME, e é bastante provável que esses dados que hoje fornece não sejam representativos do contingente imigratório internacional, para o Estado de São Paulo. O DIC recebe também imigrantes nacionais.

Para o período anterior a 1885 foram consultados vários relatórios do Império, e da Diretoria de Terras e Colonização. As informações no detalhe, que gostaríamos, não foram possíveis para o período de 1872 a 1881.

ANEXO III
ÍNDICE DE FIXAÇÃO = If

Um índice de fixação "ideal" para determinado período de tempo seria o quociente entre o número de imigrantes "fixados" (isto é, os que não retornaram durante o período), tendo entrado no transcorrer do período, e o número total de imigrantes que entraram durante o mesmo período. Caso se conhecesse o número de imigrantes que retornaram no período Δt , o número de imigrantes fixados seria dado por $E^{\Delta t} - S^{\Delta t}$, onde $E^{\Delta t}$ representa o número de entrados no período e $S^{\Delta t}$ o número dos que retornam. Assim, o índice seria obtido por

$$If = \frac{E^{\Delta t} - S^{\Delta t}}{E^{\Delta t}}$$

No entanto $S^{\Delta t}$ não é conhecido. Conhecendo-se o total de óbitos de estrangeiros no período, $S^{\Delta t}$ poderia ser aproximada, partindo-se da relação

$$P^{t+\Delta t} = P^t + E^{\Delta t} - S^{\Delta t} - O^{\Delta t}$$

isto é, a população estrangeira no final do período ($P^{t+\Delta t}$) deve ser igual a população no início do mesmo (P^t), mais as entradas durante o período ($E^{\Delta t}$) menos as saídas ($S^{\Delta t}$) e os óbitos ($O^{\Delta t}$).

Conhecidos então os demais elementos, se obtém:

$$S^{\Delta t} = P^t - P^{t+\Delta t} + E^{\Delta t} - O^{\Delta t}$$

E assim o índice seria calculado pela fórmula mencionada. Note-se que o índi-

ce assim calculado é uma aproximação ao que seria obtido se fosse possível $S^{\Delta t}$. Como calculado, o índice pode computar saídas num certo período, de imigrantes cujas entradas se deram em períodos anteriores.

Para os óbitos utilizou-se o número de óbitos estimado por MORTARA⁶ para estrangeiros no período de 1840 a 1920; para os intervalos de 1920 a 1940 (MORTARA²⁰), a taxa mortalidade de 24,8‰, e para o de 40 a 50 (MORTARA²³) 20,60‰, e na pressuposição de que a taxa de mortalidade de estrangeiros equivalia a da população brasileira. A taxa utilizada para o período entre 1950-1970 foi 11,30‰ por nós calculada com base nas taxas dos decênios 50 a 60 e 60 a 70 (13,4‰ e 9,43‰, respectivamente), publicados com base nos dados preliminares do censo de 1970*.

Definição do Índice de Retorno: Ie

O índice de emigração, I_e , a que nos referimos, se expressa da seguinte maneira:

$$I_e = \frac{\text{n.º de imigrantes estrangeiros de uma dada nacionalidade entrados entre um censo e o seguinte}}{\text{n.º de estrangeiros de uma dada nacionalidade na data do segundo censo}}$$

sendo que acumulando, teremos:

$$I_e^a = \frac{\text{n.º de imigrantes de uma dada nacionalidade entrados até a data do último censo}}{\text{n.º de estrangeiros residentes na data do último censo}}$$

* Jornal "O Estado de São Paulo", de 2 de setembro de 1971.

Convém lembrar que não se incluía na população estrangeira aquelas pessoas de nacionalidade ignorada, pelas razões já explicitadas. A única ocasião em que esse número é significativo é no censo de 1900, quando chega a 204.552, ou seja, 0,01% da população total.

Para o cálculo, na data dos censos, utiliza-se no numerador apenas a metade das entradas naquele ano. Na categoria

estrangeiros estão também incluídos os brasileiros naturalizados.

A G R A D E C I M E N T O S

Ao Dr. Jair L. F. dos Santos pela colaboração no “Índice de fixação, If” e “Ie”; à Avani M. Xavier Bon pela colaboração na coleta dos dados.